

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

A AGIOTAGEM POPULAR
dívidas e conflito urbano em São Paulo

Fernanda de Gobbi

São Paulo

2024

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

A AGIOTAGEM POPULAR

dívidas e conflito urbano em São Paulo

Fernanda de Gobbi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Profa. Dra. Luana Dias Motta¹

São Paulo

2024

¹ Gabriel de Santis Feltran supervisionou o trabalho e, com a sua mudança de universidade, Luana Dias Motta assumiu a responsabilidade formal, sem que isso alterasse sua supervisão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fernanda de Gobbi, realizada em 31/07/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (CNRS)

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata (UFF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Essa dissertação é dedicada a todas as pessoas amadas que ficaram pelo caminho
e contribuíram para que eu pudesse viver o meu.*

*Será mesmo necessário um milagre – eu me perguntava –
para que uma mulher com coisas a contar dissolva as margens
entre as quais parece estar fechada por natureza
e se mostre para o mundo com a sua escrita?*

Elena Ferrante

[As margens e o ditado: sobre os prazeres de ler e escrever]

Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que financiou este trabalho através de uma bolsa de mestrado (processo nº 2021/05226-3) e uma bolsa de pesquisa para realização de estágio no exterior (processo nº 2022/05662-0). Esse suporte garantiu que eu pudesse ter conforto e tranquilidade para me dedicar exclusivamente a essa etapa da minha formação.

Nenhum passo dado durante o mestrado teria sido possível se eu não pudesse contar com a solidariedade e generosidade de tantas pessoas que apostam em mim. Daniel Hirata me acolheu no início da graduação e construiu comigo as primeiras etapas da pesquisa e da minha trajetória acadêmica. Carolina Grillo deu-me conselhos importantes e foi fundamental para a escolha do tema que inspirou o projeto de mestrado. Meus professores da graduação, em especial André Dumans e Cristiano Araújo, viram em mim uma pesquisadora antes mesmo que eu soubesse o que é a pesquisa. Rafael Rocha me encorajou a participar do processo seletivo para o programa de pós-graduação e me ajudou a construir as bases necessárias para iniciar o mestrado.

Gabriel Feltran me recebeu no mestrado e se dedicou incondicionalmente à minha formação. Ainda que sem garantias, Gabriel nunca deixou de acreditar que eu superaria cada desafio. Brindamos as nossas conquistas e celebramos as portas que se abriram. Gabriel esteve aberto às minhas inquietações e fez um esforço enorme e paciente para me ajudar a dar um sentido sociológico aos meus incômodos. Como aluna dele eu pude ir para cima e para frente. E esse é só o começo.

Vera Telles me recebeu calorosamente no grupo de pesquisa Cidade e Trabalho e contribuiu com muitas rodadas de comentários que me estimularam a circular pela cidade junto com o meu tema. Bianca Freire-Medeiros elaborou comentários que foram importantes para construir o debate teórico do texto. Ada Rízia tem uma sensibilidade que me inspira. Ana Lídia Aguiar me apresentou à discussão sobre o comércio popular, foi parceira de escrita e de congressos, companhia de trabalho de campo e se tornou uma grande amiga e referência de pesquisadora engajada.

Deborah Fromm abriu os meus horizontes para o mundo, compartilhou oportunidades que transformaram as minhas perspectivas e esteve presente para me acompanhar e ajudar

em todas as etapas. Isabela Vianna foi uma companhia produtiva de trabalho e é um exemplo de pesquisadora competente. André Pimentel é um entusiasta dos debates sobre a cidade, que inspiraram o argumento central do meu texto, e companhia das cervejas nas calçadas de São Paulo às taças de vinho nos restaurantes de Paris. Viviane Fernandes compartilhou comigo a perspectiva teórica que sustentou o meu argumento. Gustavo Onto, Fernando Rabossi e Eugenia Motta elaboraram comentários valiosos que foram incorporados ao texto.

Luana Motta me fez sentir-me bem-vinda, engajou discussões valiosas para o desenvolvimento da minha pesquisa e foi generosa durante todo o meu período na UFSCar. Ela coordenou as reuniões do NaMargem, que fundamentaram cada reflexão deste texto e me deram um senso muito importante de comunidade e pertencimento. Além disso, assumiu a responsabilidade sobre meu processo FAPESP quando meu orientador passou num concurso na França e teve que se ausentar formalmente. Felipe Rangel é uma grande referência e inspiração. Com ele, discuti longamente sobre a economia informal e os centros de comércio popular. Agradei pela sua existência e por todo seu incansável suporte, fundamental durante o momento mais delicado do mestrado.

A parceria com os meus colegas do projeto de pesquisa ANR-FAPESP GLOBALCAR e as discussões que levantamos me fizeram crescer como etnógrafa urbana. Trabalhar coletivamente se mostrou a forma mais produtiva de produzir reflexão, e foi um prazer ter tido as minhas ideias acolhidas e discutidas pelo grupo. Juliana Alcantara e Luiz Simões são pesquisadores criativos, com quem dividi muitas noites alegres pós-trabalho. Gregório Zambom foi parceiro de discussões de cenas empíricas e me ajudou na organização dos dados.

Adson Ney é um grande escritor e foi um parceiro bem-humorado nas disciplinas e nas reuniões de grupo de pesquisa. Meus colegas de turma, em especial Bruna Cinquini e Nicolau Musa, foram uma companhia agradável e engajada no primeiro ano do mestrado. André Nahoum e os pesquisadores do Krisis estiveram de portas abertas, formularam comentários e fomentaram discussões importantes que foram incorporadas ao texto. Leandro Souza me fortaleceu e me fez sentir orgulho por estar nessa caminhada, juntos. Os pesquisadores e funcionários do CEBRAP criaram espaço para mim e fizeram com que eu pudesse usufruir de um ambiente de trabalho agradável e instigante.

Erik Bähre me recebeu na Universidade de Leiden e não poupou esforços para me ajudar durante os quatro meses de estágio no exterior. Do trabalho de campo no Brasil aos seminários na Holanda, tentamos encontrar algum equilíbrio entre a jaula de ferro e a vida loka.

A minha estadia em Leiden foi, com certeza, a experiência mais importante da minha trajetória até aqui. Nienke Heide, Maghiel Crevel e Tazuko Berkel incluíram a minha pesquisa nos debates do Instituto de Antropologia Cultural e Sociologia do Desenvolvimento e me encorajaram na fase final da escrita do texto.

Meus pais enfrentaram tempestades para que eu pudesse caminhar sob um céu mais tranquilo. Larissa e Letícia foram as minhas fortalezas no longo período de tratamento e mudanças de casa após o acidente. Mari, Belle, Didi, Daniel, Victória, Ana Clara e Lana são amigos amados que me deram muita força durante o percurso do mestrado. Com Cris Melo, compartilhei a vida na Holanda e ganhei uma amiga amorosa. Minhas primas Mônica, Carol, Ketlyn, Rafaela, Gabriela e Lauana formam comigo a primeira geração de mulheres paulistas e me inspiram a batalhar para alcançar um lugar novo. L.M. foi a minha fonte diária de amor incondicional. Ângelo Valle, brilhante psicanalista, acende as luzes dos meus caminhos. Sem o nosso trabalho, eu não teria instrumentos para renunciar ao desejo e ao conforto de me tornar a personificação de uma projeção mal ajustada.

Ao longo dos últimos anos, meus interlocutores de pesquisa abriram as portas de suas casas e me contaram as suas histórias. Encontrei pessoas gentis com quem pude construir uma relação muito maior do que a minha curiosidade sociológica. Ser bem-vinda e querida pelos personagens do texto é o meu mais importante sucesso acadêmico. Venho de onde as dores são grandes e as ambições são pequenas, portanto, não posso dizer que concluir o mestrado foi a realização de um sonho. Nunca sequer ousei sonhar com tudo o que conquistei nos últimos anos. A finalização desse processo é uma conquista gigantesca que só foi possível porque todas essas pessoas me deram a mão e não se cansaram até me convencerem de que esse lugar também pode ser meu.

Todas as pessoas que leram e lerão este trabalho dão sentido a ele.

É preciso democratizar a palavra
e dessacralizar a literatura.
Sagrado não é quem escreve
sagrado é quem lê.
Sergio Vaz

Resumo

Os estudos das transações informais-ilegais, das finanças populares e do mercado de crédito têm se consolidado nas Ciências Sociais. São poucos os trabalhos, no entanto, atentos as interfaces entre as dinâmicas sociais e de poder inscritas na circulação de dinheiro como crédito na economia popular. O objetivo geral desta dissertação foi compreender como a prática de agiotagem popular estrutura um sistema de empréstimos informal-ilegal, sustentado por a) um circuito de mobilização de recursos, materiais e simbólicos, que garantam o funcionamento informal/ilegal dos negócios; b) um circuito de proteção, para garantir a eficácia das cobranças; c) um circuito de clientes, que faz o fluxo de caixa girar. O trabalho de campo foi desenvolvido seguindo os princípios fundamentais da etnografia urbana e econômica em três regiões da cidade de São Paulo: a) um distrito de classe média alta na zona sul; b) uma favela no extremo leste; c) um centro de comércio popular localizado no centro da capital. Recupero a história das três dívidas como unidade analítica e verifico como as redes são instrumentalizadas e verticalizadas em cada território. Argumento que não há um submundo urbano, nem um submundo econômico, do qual a agiotagem faz parte. Há relações sociais na cidade e na economia que produzem desigualdades. A própria percepção da agiotagem popular como um submundo violento é um mecanismo que corrobora essas desigualdades, reproduzindo as violências que ela supostamente denuncia.

Palavras-chave: agiotagem; economia popular; informalidade; crédito; etnografia.

Abstract

Studies of informal-illegal transactions, popular finance, and the credit market are firmly established in the social sciences. Few studies, however, pay attention to the intersection of social dynamics and power invested in the circulation of money in the form of credit in the popular economy. The objective of this dissertation is to understand how the practice of popular loan sharking structures an informal-illegal loan system, which is based on; a) a circuit for mobilizing material and social resources that guarantees the informal/illegal business; b) a protection circuit that guarantees the effectiveness of collections; c) a client circuit that guarantees the revenue from the cash flow. The fieldwork was carried out by adhering to the fundamental principles of urban and economic ethnography in three regions of the city of São Paulo; a) an upper middle-class district in the south; b) a favela in the far east; c) and a popular shopping area located in the center. As an analytical approach, I recover the history of three debts and show in each territory the networks are instrumentalized and verticalized. I argue that there is no 'urban underworld', nor an 'economic underworld', of which loan sharking is a part. Instead, it are social relations in the city and in the economy that produce inequalities. The very perception of popular loan sharking as a violent 'underworld' is a perspective that validates inequalities and that reproduces the violence that it supposedly denounces.

Keywords: loan sharking; popular economy; informality; credit; ethnography.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Cálculo da dívida de Marcos até a entrega do carro	45
Tabela 2 - Cálculo da dívida de Marcos da entrega do carro à cobrança em sua casa	50
Tabela 3 - Exemplo de simulação sugerida em cartão de visita de agiota do centro de comércio popular.....	56

Sumário

Introdução	12
Nem submundo, nem economia às sombras	13
Relações sociais como ponto de vista	16
Percurso metodológico	19
Organização dos capítulos.....	23
1. “Cidade”	25
O dinheiro não é uma força universal	26
O agiota e sua cliente	27
Chegando ao “outro mundo”	30
Para muito além do econômico.....	35
2. Favela	39
“A vida dele está rodando na minha mão”	40
A dívida em números	43
Rolos, esquemas e negócios	46
“A gente só conhece a pessoa quando mexe com dinheiro”	47
Mobilização de recursos na rede de proteção.....	50
3. Centro de comércio popular	52
O movimento do comércio.....	53
Dia de pagamento	56
Arroz, feijão, salsicha e cocaína.....	57
“O vento entortou”	61
“Compro ouro, compro dólar e compro euro”	62
Conclusão	65

Introdução

Nem submundo, nem economia às sombras

Com base em uma etnografia da agiotagem popular, argumento que não há um submundo urbano nem um submundo econômico. Existem, sim, relações sociais na cidade e na economia que produzem desigualdades. A própria percepção de submundo corrobora essas desigualdades. Meu argumento se opõe à perspectiva que considera os territórios populares como "underworld"¹ [submundo] e as transações informais-ilegais como parte da chamada "shadow economy", "black economy" ou "underground economy" [economia subterrânea ou às sombras]. Essa não é uma linguagem neutra que descreve as atividades econômicas. Pelo contrário, é uma linguagem que legitima uma separação e uma hierarquia de práticas econômicas e, portanto, uma linguagem que normaliza e reforça desigualdades.

Trabalhos que tomam como referência esses pares dicotômicos contribuíram, no entanto, para a análise das consequências sociais e políticas da expansão da economia informal (Kumar, 2017; Gowan, 2010); a concepção de que esse tipo de economia é alimentado pela ineficácia de políticas públicas e pela insuficiência de vagas no setor formal (Thomas, 1988), não sendo apenas uma consequência de trabalhadores buscando evitar regulamentações, mas também configurada por elementos institucionais e estruturais (Weiss, 1987; Tanzi, 2008).

Essa perspectiva, que coloca as transações informais-ilegais e os territórios populares em um lugar de obscuridade, faz uma "análise pela falta" (Rui, Martins & Feltran, 2022) e toma como referência um "mundo" plenamente regulado pelas legislações urbanísticas e econômicas, como se ele fosse depurado daquilo que o constitui, ou seja, um "outro mundo desregulado e marginal", informal ou mesmo criminal. Esse tipo de teorização trata os fenômenos sociais como processos consolidados e é insuficiente diante do que é encontrado empiricamente.

Keith Hart (1985) cunhou o termo "economia informal" nas ciências sociais como uma tentativa de dar atenção à existência de atividades econômicas que estão fora da regulação do Estado e das instituições formais. Entretanto, Hart não cria um "mundo separado", mas propõe

¹ As aspas simples sinalizam termos a serem questionados e complexificados. O sublinhado foi usado para representar formulações minhas. As duplas aspas apresentam trechos de falas dos meus interlocutores e citações bibliográficas que serão indicadas pelo nome do autor, ano da publicação e página. O itálico indica categorias nativas e foi usado para evidenciar termos das economias informais e ilegais, das periferias e do crime, bem como para marcar as práticas dos meus interlocutores.

uma forma de prestar atenção a essa parte da economia, mostrando como ela também está presente e conectada à economia formal. “A economia informal não existe em nenhum sentido empírico: é uma forma de contrastar alguns fenômenos com o que imaginamos constituir o núcleo ortodoxo de nossa própria economia” (Idem, p. 57).

Hart chama a atenção para práticas econômicas que os economistas geralmente não observam. Na maioria das vezes, os economistas examinam apenas a economia visível nas estatísticas, nas transações formais e nos processos e sistemas burocráticos. No entanto, como mostra Hart, esse é um foco muito restrito para entender as práticas econômicas. Ele argumenta que nunca teve a intenção de sugerir que havia um mundo econômico separado. Pelo contrário, ele sugeriu a expansão do escopo empírico e teórico, incluindo na análise as atividades que chamou de "economia informal".

Chamarei atenção para dois problemas que o uso de pares dicotômicos produz. Em primeiro lugar, a ideia de que existe um “mundo separado” é empiricamente incorreta. Minha intenção não é ignorar a existência de outras interpretações², mas criticar as análises que reduzem o “mundo popular” a um sistema binário de opostos, reproduzindo a hierarquia tradicional que coloca a “margem” como algo secundário (Derrida, 1982). A agiotagem popular que descrevo e analiso na dissertação faz com que pessoas e dinheiro circulem por toda a cidade.

O segundo problema da análise baseada em oposições rígidas e hierárquicas (Oliveira, 2015) é político. O pressuposto de que há uma economia subterrânea no submundo implica a existência de um “mundo”, uma economia “ao sol” – uma ideia que “outrifica” as populações pesquisadas. Além disso, essa visão reforça preconceitos e, por vezes, criminaliza aqueles que tentam “se virar” (Telles, 2006) para sobreviver nos territórios populares da cidade.

Bourdieu (2002) apontou a violência simbólica que certos conceitos sociológicos podem produzir. Se os acadêmicos não desenvolverem sua linguagem conceitual de forma reflexiva, correm o risco de reproduzir as mesmas desigualdades que seus estudos tentam questionar. Quando os acadêmicos classificam práticas, podem acabar criando hierarquias entre as pessoas e suas ações. Em vez de servirem como instrumentos de análise das desigualdades sociológicas,

² Me inspiro no trabalho de Feltran (2008) sobre a regulação de homicídios nas periferias de São Paulo. O autor modela uma concepção que não se propõe a condenar, manifestar concordância, discordância ou responder sobre o que é certo ou errado, mas a formular corretamente o funcionamento das dinâmicas observadas.

essas classificações tornam-se formas de dominação que obscurecem o mundo empírico e impedem a compreensão da realidade social.

No decorrer da pesquisa, busquei examinar e entender como os agiotas realizam seu trabalho. Acompanhei suas vidas cotidianas, me dediquei a compreender como organizam seu dinheiro e seus relacionamentos, e como lidam com os problemas e tensões inerentes ao *trabalho na rua*. É essencial fazer isso de forma a não reproduzir os problemas mencionados anteriormente, ou seja, sem criar uma linguagem que sugira “mundos” separados ou que estabeleça hierarquias entre eles. Adotar essa abordagem seria não apenas empiricamente problemático, mas também incluiria um componente ideológico e político que reforçaria o estigma de uma sociedade marcada pela desigualdade multidimensional.

O que proponho, portanto, é um olhar atento para as relações sociais. Utilizo essas relações, que ocorrem no contexto das dívidas, como uma lente teórica para compreender os agiotas e suas vivências cotidianas. Uso a dívida como unidade analítica, considerando que a relação de dívida, por si só, já é uma relação social (Graeber, 2012). Os agiotas estão constantemente criando e refazendo relações de dívida. As redes estabelecidas pelos agiotas e a circulação de recursos por diferentes regiões da cidade constituem o ponto de partida da dissertação, sendo compreendidas como uma intrincada teia que sustenta relações e facilita alianças entre agiotas e os membros de suas redes, buscando benefícios mútuos, ainda que, em algumas situações, essas relações sejam verticalizadas pelo uso da força. A característica central dessa forma de organização é a reciprocidade, que entrelaça relações empíricas fundamentadas em interesses compartilhados.

Nesse sentido, inspirada por diversos trabalhos que seguem a circulação dos objetos (ou das coisas), com o objetivo de identificar as formas e os significados das transações (Appadurai, 1986; Feltran, 2019; Knowles, 2014; Kopytoff, 1986; Tsing, 2015), identifico a prática da agiotagem não apenas como uma transação econômica, mas como um sistema de empréstimo informal-ilegal complexo, capilarizado no tecido social e regulado por um conjunto de atores informais-ilegais. Esse sistema não produz apenas relações econômicas, mas também relações morais (Fontaine, 2014; Bähre, 2007; Le Goff, 2004; Zelizer, 2010), justamente porque lida com agentes econômicos heterogêneos que estão continuamente negociando e avaliando garantias e exigências (Sánchez, 2018). Ao me concentrar nas relações de dívida nas quais os agiotas desempenham um papel central, posso ter uma visão mais clara dessas negociações complexas e contínuas.

Relações sociais como ponto de vista

Os princípios éticos da atividade econômica residem nos aspectos cotidianos da vida social, nas interações diárias com amigos, vizinhos e familiares. A partir disso, entendo que as condições culturais, políticas e econômicas oferecem uma base sólida para concepções mais amplas sobre o conceito de dívida (Graeber, 2012). Bloch e Parry (1989) foram pioneiros na discussão sobre o significado simbólico das transações e a avaliação moral do dinheiro. Segundo os autores, é tentador concluir que o dinheiro atua como um agente corrosivo, que gradualmente dissolve distinções culturais, erode diferenças e transforma relações pessoais em interações impessoais (p.6). No entanto, eles argumentam que o dinheiro é uma condição necessária para o desenvolvimento da personalidade individual e para a ampliação do círculo de confiança (p.3). Para entender o papel do dinheiro na sociedade, é preciso prestar atenção às relações sociais específicas e às avaliações morais nas quais o dinheiro está inserido.

As transações entre os personagens da dissertação não são apenas objetos físicos, mas também instrumentos de reciprocidade carregados de significado, que transcendem a esfera material. Utilizei o trabalho de Mauss (2003) para examinar não apenas as transações econômicas, mas também as implicações simbólicas e sociais embutidas nessas trocas. Mauss destacou como as trocas criam uma relação de dívida, e essa dívida implica que deve haver algum tipo de retribuição, o que, por sua vez, gera um relacionamento. Mauss foi uma inspiração importante para compreender como a dívida é um componente central na construção do tecido social. Ele argumenta que a dívida e a reciprocidade criam solidariedade, mas também podem gerar tensões e rivalidades.

Nas histórias que apresento, os personagens emergem não apenas como agentes econômicos, mas como participantes de um tecido social complexo, onde as transações são permeadas por significados, relações de poder e estratégias criativas. A cidade não é apenas um cenário passivo, mas um ator ativo, moldando e sendo moldado por essas interações humanas (Lefebvre, 2021).

As dinâmicas das relações econômicas estão intrinsecamente entrelaçadas com os sistemas de significados atribuídos pelas pessoas e pelos contatos sociais que estabelecem em suas vivências cotidianas. Em vez de serem meramente transações impessoais regidas por princípios estritamente econômicos, as interações financeiras e comerciais são permeadas por uma rede complexa de valores, normas culturais e relações interpessoais.

Zelizer (1994) fez uma importante contribuição ao mostrar que o uso do dinheiro pelas pessoas depende das suas relações sociais. Elas não tratam o dinheiro como um objeto neutro; ao contrário, avaliam-no de forma diferente, dependendo de sua origem. Assim, no cotidiano, as pessoas lidam com diferentes tipos de dinheiro, cada um com seus próprios critérios morais e destinos. Como Zelizer formula: o dinheiro é "identificado, usado, segregado, fabricado, projetado, armazenado e até decorado de acordo com o contexto social" (p.1).

Atribuir significado às práticas econômicas é reconhecer que as transações ultrapassam a simples troca de bens e serviços. Cada transação reflete e é moldada por valores culturais, normas sociais e construções simbólicas que conferem sentido e contexto às atividades econômicas. Além disso, as relações sociais vividas no cotidiano desempenham um papel crucial na modelagem dessas práticas. Redes sociais, laços familiares, amizades e comunidades ajudam a formar a confiança, a reciprocidade e as obrigações que influenciam as escolhas econômicas das pessoas. As interações diárias, sejam informais ou formais, criam uma teia de influências que permeia as transações econômicas.

A análise das dívidas a partir dessa perspectiva revela a natureza social e cultural das atividades econômicas. Ao transcender a dicotomia entre a esfera da intimidade e a da economia (Zelizer, 2005), demonstro como as relações pessoais se conectam com as transações econômicas.

Zelizer (2005) contesta a "Hostile Worlds Perspective" [perspectiva de mundos hostis], frequentemente adotada nas ciências sociais, que sugere que o dinheiro é antagônico à intimidade e que as trocas econômicas corroem os relacionamentos sociais. De acordo com Zelizer, essa visão não é necessariamente verdadeira. Para a autora, o dinheiro pode ser usado para criar intimidade ou moldá-la de novas maneiras, sem necessariamente prejudicá-la. Assim, Zelizer transforma a relação entre dinheiro e intimidade em uma questão empírica. Nos capítulos desta dissertação, estudo como, nas relações de dívida, o surgimento de dinâmicas específicas pode mudar, mas não necessariamente reduzir a intimidade (Zelizer, 2005).

A noção de dívida tem sido desenvolvida de maneira precisa e qualificada, levando em consideração as microconjunturas sociais, políticas e econômicas presentes nos detalhes da vida cotidiana (Narring, 2002; Guérin, 2014). Com essa dissertação, pretendo contribuir para a tradição consolidada de estudos sobre a economia popular (Durham, 1978; Madariaga e González, 2019; Rabossi, 2019; Motta, 2015; Araújo, 2017), que se dedicam a pensar a "vida

financeira” (Fernandes, 2019) e a analisar os fluxos e os usos do dinheiro por pessoas e famílias (Neiburg, 2019).

O objetivo geral da dissertação foi mapear as dinâmicas sociais, políticas e econômicas inscritas na prática de agiotagem nas periferias de São Paulo. Esse objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

a) Compreender como operam as redes de proteção, de mobilização de recursos e de indicação de clientes da agiotagem, compreendida como um sistema de empréstimos informal-ilegal. Isso significa que as várias redes de relações do agiota estão sendo tomadas como ponto de partida da análise. Essas redes de relações incluem explicitamente não apenas os clientes, mas também outros membros das redes que são relevantes nas vivências cotidianas dos agiotas.

b) Observar a dinâmica de negociações entre agiotas e clientes, verificando sua produtividade social. Esse objetivo se concentra no relacionamento com os clientes. Isso inclui uma análise dos recursos materiais, mas também mostra que há outras formas de produção social em termos de confiança, reputação, honra, laços comunitários e assim por diante. Portanto, não foco a minha análise apenas no ganho material, mas também nas avaliações morais dos relacionamentos entre o agiota e os membros da sua rede.

c) Analisar as dívidas em andamento, a partir das suas histórias, conflitos e perspectivas de todos os atores das redes envolvidas. Adoto uma abordagem de estudo de caso para mostrar como as relações de dívida se desenvolvem ao longo do tempo. Essa abordagem explora como a dívida é um processo social dinâmico e que dá origem a novos tipos de relação social e continuidade às relações passadas e às que se desenvolvem durante a relação de dívida.

A pesquisa etnográfica é capaz de revelar uma grande variedade de contextos e relações. Além disso, minha abordagem teórica oferece um espaço conceitual para analisar as diversas maneiras pelas quais as pessoas lidam com o dinheiro durante as relações de dívida, que serão discutidas em cada capítulo. Pode-se dizer que as relações do agiota com sua rede de proteção, mobilização de recursos e clientes giram em torno de um conjunto específico de

parâmetros. Minha hipótese é que esses parâmetros são cruciais para a forma como o agiota opera em uma rede de proteção, sua capacidade de mobilizar recursos e seus clientes.

A agiotagem popular, um fenômeno importante nos territórios populares, foi, no entanto, pouco ou nada explorada nos estudos urbanos e na sociologia econômica brasileira. Estudos interessados em finanças e no mercado de crédito tendem a se preocupar, sobretudo, com instituições globais, além de comumente produzir uma abordagem estrutural da economia. Trabalhos que analisam as transações informais-ilegais das economias populares ainda não compreenderam as especificidades da circulação de dinheiro como crédito, nem como nossas particularidades sociais – marcadas por intensa desigualdade multidimensional – condicionam esse crédito. Muitas vezes, toma-se como referência a experiência de países desenvolvidos, sem dedicar-se a compreender como esse fenômeno se manifesta empiricamente aqui.

Percurso metodológico

Durante o trabalho de campo nos territórios populares de São Paulo, que iniciei em 2017, percebi que quanto maior a minha capacidade de interpretação, maior a dificuldade em compreender o que observo e atribuir significado às interações. A rua é dinâmica, onde os códigos e comportamentos podem mudar várias vezes em um único dia. A realidade social se transforma constantemente, adaptando-se às novas realidades e desafios. A agenda sociológica não é estática; nossos trabalhos precisam se movimentar e tentar acompanhar a vida social.

“Mas como uma menina como você consegue estudar um tema tão obscuro?” Ouvei perguntas como essas na maioria dos congressos e seminários em que apresentei minha pesquisa, mesmo ainda sem ter dedicado nenhum artigo às questões metodológicas ou à reflexividade. Esse tipo de indagação também foi fonte de inspiração para o argumento da dissertação: não há um submundo urbano, nem submundo econômico. Existem relações sociais na cidade e na economia que produzem desigualdades. Os pares binários como perspectiva de análise formam um sistema fixo de classificação que limita o debate sociológico (Pinho, Ferreira & Gobbi, 2023) e são desconstruídos sempre que confrontamos a realidade material.

Em todos os anos dedicados ao trabalho de campo, não observei a existência do homem que se esconde e age "às sombras", como é fantasiada a imagem do agiota. Pelo contrário, testemunhei pessoas "comuns" realizando negócios abertamente nas calçadas durante o dia e nos comércios durante o horário de trabalho. Como demonstrarei ao longo dos capítulos, a própria circulação do agiota pela cidade viabiliza o sistema de empréstimos informal-ilegal. Interpreto que muitas análises confundem complexidade com obscuridade e usam categorias para formular questões que, assim como qualquer pergunta, estão politicamente contextualizadas.

A sujeição não é suficiente para entender o que sustenta as relações sociais entre o agiota, seus clientes e suas redes. O valor da etnografia está em captar as particularidades de cada relação e em pensá-las do ponto de vista em que os indivíduos as significam. Se utilizo a dívida — uma relação social — como unidade analítica, preciso considerar os significados que ela carrega. Como os indivíduos interpretam e tecem essas relações? Como as pessoas significam essas conexões? Como elas são vistas, remuneradas e retribuídas?

A expressão "agiotagem popular" foi formulada por mim para dar um sentido sociológico à categoria nativa "agiotagem de bairro". A principal razão para essa escolha é a diferenciação entre a agiotagem que analiso aqui e a agiotagem de grandes cifras praticada por empresários e políticos, ou a "empresariada" que ocorre através das pequenas financeiras. Acredito também que a expressão "agiotagem de bairro" é limitada, pois pressupõe que essa atividade estaria restrita ao território do "bairro", o que, empiricamente, se apresenta de forma diferente.

No decorrer do texto, opto por não criar um nome fictício para os territórios onde acontecem as relações que descrevo e analiso, mas os chamo de *cidade*, *favela* e *centro*. Essas categorias também são nativas, utilizadas pelos meus interlocutores para se referirem aos territórios. Escolho mantê-las porque todos os capítulos abrangem essas três regiões da cidade, e essas categorias ajudam a manter a fluidez e o senso geográfico do texto.

É recorrente, na concepção mais difundida sobre a demarcação urbana, a prevalência da perspectiva que restringe o uso do termo "cidade" apenas aos bairros situados no centro e no centro expandido. Com "favela", refiro-me a um complexo de favelas localizado em um

bairro do extremo leste de São Paulo. O termo “centro”, por sua vez, indica o centro de comércio popular, localizado no coração da cidade.

Caminhar, pelo menos 10 quilômetros por dia, e ter conversas curtas e informais com pessoas diversas é a minha prioridade em um dia de trabalho de campo. Por isso, nesses dias, eu visto uma camiseta, uma calça legging e amarro na cintura uma blusa de frio. Na frente do corpo, tenho uma pochete que uso para carregar um pequeno caderno, uma caneta, o bilhete único, um gloss labial e uma caixinha com pastilhas.

Desde as manifestações pós-morte de Marielle Franco, sempre tenho comigo e deixo visível uma garrafa de água em todos os contextos em que me dedico ao trabalho de campo. Na época dos atos que semanalmente lotavam o centro do Rio de Janeiro com milhares de pessoas, havia uma discussão muito frequente sobre como identificar policiais à paisana. O que mais me chamou a atenção na distinção entre um manifestante e um policial era segurar uma garrafa de água. Não me considero parecida com uma policial pela idade e pela postura³, mas passei a sempre ter uma garrafa comigo em todos os momentos dedicados à pesquisa de campo.

A minha prioridade, desde a graduação, foi investir nas andanças como forma de narração, observando outros pedestres que, em suas atividades diárias, desafiam a organização racional da cidade (de Certeau, 1984). Circulei por vários territórios, em bairros ricos, pobres e também médios, onde eu já não sabia se a polícia segurava pranchetas ou armas. A maior parte das histórias que ouvi, das pessoas que conheci e dos lugares que frequentei não entrou como casos empíricos no texto, mas fundamentou a minha noção geral sobre a economia informal, o mundo do crime e os mercados populares. Essas experiências serviram como instrumento para analisar os casos selecionados.

Com os meus interlocutores, conversei longamente sobre assuntos que não tinham relação direta com a prática de agiotagem popular. Os acompanhei, também, em tarefas

³ Em apenas uma ocasião, durante uma das visitas à feira de celulares roubados, pessoas se juntaram para me perguntar se eu era policial civil. Achei que a indagação até fazia sentido, dado que quem vende os produtos são sobretudo homens usuários de droga que distribuem rapidamente o que acabam de furtar na região e quem compra são garotos que revendem os celulares na internet.

cotidianas, como ir ao supermercado ou buscar os filhos na escola. Com o tempo, construímos uma relação de familiaridade que possibilitou que conversássemos também sobre as dívidas. Na maior parte do tempo durante a pesquisa, me senti integrada às pessoas e soube uma forma de conviver. Em outros momentos, especialmente quando o agiota lida presencialmente com seus clientes, me senti em uma situação em que parecia que todos estavam representando um teatro, mas que apenas eu não sabia o meu papel, tinha esquecido as minhas falas.

O trabalho de campo me dá força. A rua tem um ar estimulante. Um movimento que me atrai e também me perturba. Baseio a minha análise naquilo que a rua cria, sustenta e fomenta (Rui, 2014). Não minimizo as especificidades e significados das relações sociais e não me baseio na experiência dos chamados países desenvolvidos, onde o acesso ao crédito ocorreu de acordo com suas próprias características específicas (Luzzi, 2017).

Selecionei, para discutir nos capítulos, histórias de dívidas que são marcantes. Observar essas histórias só foi possível através da minha participação em muitos outros eventos que foram irrelevantes para as minhas questões de pesquisa, mas fundamentais para que possibilitassem o meu acesso a ocasiões em que pude presenciar cenas que indiretamente sanavam as minhas perguntas de pesquisa. A etnografia é, por natureza, uma discussão, uma forma de colocar em perspectiva (Rui, Martins & Feltran, 2022) provocações corporais e usá-las como método para compreender realidades cotidianas dentro do contexto urbano (Cefaï, 2010).

Em duas ocasiões diferentes, tentei gravar entrevistas com agiotas. No entanto, essa técnica de pesquisa não se mostrou eficiente para o que eu busquei compreender nesta pesquisa. Eles aceitaram sem questionamentos e conversamos por cerca de uma hora e meia, mas com o gravador ligado, os agiotas pareciam criar um outro tipo de narrativa, diferente do que eu via em suas interações e do que discutíamos em conversas informais. Além disso, os agiotas que entrevistei são pessoas agitadas que não gostam de passar tanto tempo sentados sem sair do ambiente da entrevista para fumar, beber café, atender uma ligação ou responder mensagens de texto. Essas interrupções cortavam o fluxo das ideias e davam à conversa um tom de questionário.

Em um segundo momento, passei a anotar falas, valores de dívidas, referências de lugares, nomes de pessoas etc. em meu pequeno caderno, mas essa ideia foi ainda menos produtiva do que a entrevista gravada. Abrir um caderno e começar a escrever no meio de uma conversa me pareceu ser uma atitude rude e que resultava no fim daquela interação e até na construção de uma certa desconfiança sobre mim. Mesmo que eu anotasse coisas no ambiente de um churrasco, por exemplo, as pessoas ao redor repudiavam a minha atitude, com razão.

Passei, então, a anotar algumas poucas informações no bloco de notas do celular. No caminho de volta, eu costumava completar aquelas notas com descrições de momentos marcantes. Ao chegar em casa, invariavelmente exausta, eu gravava áudios onde eu mesma narrava tudo que eu lembrava que aconteceu no dia de trabalho. Também usei como material de análise fotos tiradas com consentimento de meus interlocutores.

Considero que minha “entrada” no campo tenha sido a parte mais tranquila de toda a pesquisa. Ter uma “pessoa de referência”, uma na *favela* e outra no *centro*, me ajudou a me apresentar para novas pessoas e a explicar o motivo da minha presença nesses territórios. O meu acesso a essas “pessoas de referência” se deu através de relações pessoais que estabeleci no meu bairro de origem, antes mesmo de iniciar a pesquisa. Através de familiares, fui apresentada a três agiotas da zona leste, e no final de 2021, escolhi usar apenas as dívidas de Jorge na dissertação. Para acessar as informações analisadas no texto, me beneficieei, em primeiro lugar, da proximidade com as “pessoas de referência”. No entanto, considero também que a minha aparência de menina jovem, branca e loira faz com que as pessoas não achem que eu apresente algum tipo de risco ou perigo, pelo contrário, a minha fisionomia constrói uma imagem racista e machista de ingenuidade e inocência.

Organização dos capítulos

No primeiro capítulo, demonstro o modo como a agiotagem popular é um fenômeno que ocorre em redes de relações fortes. A dimensão econômica é apenas um dos fios que formam o feixe social (também afetivo, familiar, comunitário, de gênero e de classe) que produz a força dessas relações.

No segundo capítulo, classifico a agiotagem como um *negócio*, categoria nativa que designa um conjunto de trocas mercantis estáveis. Mais especificamente, delinheiro a existência

desse *negócio* a partir de duas outras praticas absolutamente decisivas para a existência da agiotagem, os *rolos* e os *esquemas*.

No terceiro capítulo, evidencio que o dinheiro da agiotagem estrutura os comerciantes informais-ilegais do *centro* e revela a complexa rede de ilegalismos que permeia as dinâmicas sociais e econômicas urbanas, formando um ambiente onde as fronteiras entre o legal e o ilegal são frequentemente borradas.

1. "Cidade"

O dinheiro não é uma força universal

Meu argumento neste capítulo, seguindo as formulações de Zelizer (2005, 2010) e Mauss (2003), é o de que a prática de agiotagem popular, descrito aqui como um sistema de crédito informal-ilegal está imerso em redes de relações fortes, o que faz com que seu funcionamento vá para muito além de seu fim utilitarista (o lucro do agiota). A dimensão econômica é apenas um dos fios que formam o feixe social (também afetivo, familiar, comunitário, de gênero e de classe) que produz a força dessas relações.

Conheci Tatiana apenas em 2021, no início do trabalho de campo para o mestrado focado especificamente na análise da prática de agiotagem popular. Sempre achei curioso não ter encontrado Tatiana em nenhum momento enquanto acompanhei as vivências cotidianas de Jorge. Nunca a tinha encontrado nos bairros do extremo leste de São Paulo e nem nos centros de comércio popular do centro da cidade. Mas a história desse empréstimo com frequência aparecia nas conversas que tínhamos e o medo da “maldição” voltar moldava outros empréstimos, ainda que eles se configurassem de forma totalmente diferente.

Esse caso demonstrará que o dinheiro não é uma força universal, mas um objeto que atribui significados diferentes a depender do contexto e das relações. No capítulo, descrevo etnograficamente um churrasco na casa de Jorge, a minha interação com Tatiana e um jantar na casa de Sandra. Atribuí sentido a essas cenas, contextualizei e interpretei a dívida com base em outras conversas informais que tive antes e depois dos momentos em que narro no texto.

Tatiana não era uma cliente convencional. Supor que relação entre o agiota e o cliente é baseada apenas nos pagamentos e cobranças diárias, semanais ou mensais é ignorar todas as nuances envolvidas nas trocas monetárias. Selecionei a dívida de Tatiana porque os detalhes da relação aprofundam ainda mais o intrincamento das dívidas que vão muito além do cálculo monetário dos riscos e dos lucros. Havia entre ela e Jorge uma relação mútua de crédito/dívida, que envolve a amiga Sandra em um empréstimo. Escolho iniciar o texto com uma história pouco tradicional, na agiotagem popular de São Paulo, de modo a apresentar a complexidade do sistema de empréstimos informal-ilegal para além dos cálculos matemáticos racionais. Essa dívida, passou de *negócio* para *assunto de família*. Me aproprio do trabalho etnográfico que pode revelar o que se esconde por detrás da generalidade do padrão de funcionamento dessa

atividade marcado pela contínua negociação e reavaliação de garantias e exigências, constantemente visando a obtenção de lucro para o agiota.

Tatiana é a “parente rica” da família que foi morar na *cidade*. Sempre lembrada como alguém que “deu certo”, a razão de fazer empréstimo com um agiota, as implicações desse agiota ser um familiar próximo e a repercussão dessa dívida em outras dívidas me deixaram muito curiosa durante todo a minha pesquisa de campo. E esse *assunto de família* me chamou ainda mais atenção quando a conheci pessoalmente em um churrasco de domingo. Participar desses tipos de evento, mesmo que nem sempre fossem diretamente parte das negociações entre os agiotas, os clientes e suas redes, foi fundamental para a criação de relações pessoais que fortaleceram o estabelecimento de um vínculo de confiança e intimidade, necessidade recorrente das pesquisas empíricas em periferias e favelas (Feltran, 2008: 258).

Jorge não melhorou as condições do empréstimo por pura benevolência ou amor pela irmã. Naquele churrasco, eu já tinha entendido que a prática de agiotagem não era apenas um tipo de transação financeira. Vi nas histórias das dívidas a materialização da contribuição de Zelizer (2010) sobre o significado cultural e moral da economia. Mas ainda me pareceu muito confuso a possibilidade de o agiota não estar necessariamente em uma posição socioeconômica mais favorável do que o cliente. Até conhecer Tatiana, eu tinha acompanhado histórias de clientes trabalhadores ambulantes superendividados, imigrantes sem documentos e sem renda fixa, trabalhadores de baixa renda moradores dos extremos da cidade, jovens com problemas financeiros e pequenos comerciantes sem dinheiro para manter o negócio.

O agiota e sua cliente

Era quase sol de meio dia de um domingo quando eu estava sentada no quintal olhando o movimento da rua. A casa de Jorge está localizada em um quarteirão formado por uma vila de operários construída no início do século 20 para trabalhadores da indústria têxtil. De um lado da rua, a vila é composta por mais de 20 sobrados com 5 metros de frente e 25 de profundidade. Durante o trabalho de campo, conheci a maior parte dos vizinhos e nenhum deles era trabalhador da indústria têxtil. Do outro lado da rua, onde fica a casa de Jorge, terrenos duas ou três vezes maiores do que os sobrados geminados dão lugar às casas

invariavelmente com muros altos acabados com cacos de vidros, portões e grades de ferro e uma garagem cimentada na frente da casa que aos finais de semana vira quintal.

Muitas casas como a de Jorge também possuem anexos à casa principal. Esse “puxadinho” pode ser uma construção pequena e precária de dois cômodos e banheiro no fundo do quintal que serve tanto como moradia para a família durante o longo período de construção da casa principal, quanto como renda extra alugando a pequena casa em períodos de dificuldade financeira. Muitas casas daquela região também contam com um espaço comercial, entre 15 e 30 metros quadrados, na frente da casa. Algumas adaptam o espaço da garagem para a construção improvisada de um pequeno salão de beleza, bar, lanchonete, loja de cosméticos, padaria, oficinas de costura, sala para reforço escolar e aulas de instrumentos musicais, sorveteria, loja de construção e oficina para pequenos reparos.

O térreo da casa de Jorge é composto nos fundos pela pequena casa de dois cômodos e banheiro, e a frente é dividida entre uma garagem coberta para dois carros e um galpão de cerca de 30 metros quadrados construído para ser uma lanchonete, hoje alugado como depósito de uma fábrica de etiquetas da região. A casa da família foi construída no andar de cima e é composta por dois quartos, um banheiro, uma sala, uma cozinha e uma lavanderia do lado de fora da casa que também acomoda o escritório de Jorge.

O escritório de parede azulejada fica entre o tanque e a máquina de lavar, e é onde Jorge posiciona a antiga mesa de madeira maciça que se configura em contraposição à casa que está sempre limpa e organizada. Em cima da mesa, duas calculadoras grandes, uma pilha de cartões de visita cuidadosamente dispostos em um catálogo plástico grosso de capa preta, mais de 10 cadernos médios empilhados e desgastados pelas marcas de uso, uma pequena caixa com elásticos de dinheiro, outra caixa com cartões de visita do próprio Jorge, uma pilha de envelopes de banco e uma lata de extrato de tomate com canetas e grampeadores.

Em todas as vezes que encontrei Jorge durante o trabalho de campo, ele estava vestido com calça jeans e camisa de botão, sempre aberta até a metade do peito. O bolso da camisa invariavelmente carrega uma mini calculadora, um pequeno bloco de notas e uma caneta, como uma versão portátil de sua mesa de trabalho. O peso dos itens na camisa, desalinham o visual e reforçam em Jorge um aspecto informal, mesmo vestindo uma camisa social.

Jorge, como os outros agiotas que tive contato durante a pesquisa nas favelas e periferias, é um homem branco brasileiro⁴ na casa dos 40 anos, pouco escolarizado, de origem pobre e periférica, sem nenhum tipo de experiência no mundo do trabalho formal, com dificuldade de formular um texto curto, mas com uma impressionante habilidade e rapidez para fazer cálculos matemáticos. Ele é rápido, articulado, inteligente, atento, entusiasta torcedor do Corinthians e orgulhoso “pai de família”.

Jorge nasceu e cresceu apenas algumas ruas abaixo de onde mora atualmente. Quando completou vinte anos, comprou o terreno onde mora e ali viveu toda a sua vida. Esse é um bairro do extremo leste da cidade de São Paulo, cerca de 30 km distante do centro da capital, fazendo divisa com outras cidades da região metropolitana. De barracos de madeira a casas com piscina e banheira de hidromassagem, o distrito conta com quase meio milhão de habitantes que vivem de maneira muito heterogênea.

A região que Jorge mora é uma das mais valorizadas de todo o distrito. A casa está situada na parte alta do bairro e faz parte de uma vila composta por cerca de cinco quarteirões com casas de 80 metros quadrados que custam em 2023 aproximadamente R\$350.000,00. Nesses cinco quarteirões de casas bem-acabadas que contrastam com restante do bairro, moram os professores do ensino básico, os policiais militares, os corretores de imóveis, os advogados, as viúvas dos trabalhadores da indústria, os enfermeiros, e, é claro, os comerciantes.

Tatiana está no início dos 50 anos e é a irmã mais velha de Jorge. Desde a adolescência, a ela foi dada a função de cuidadora dos pais e dos irmãos mais novos. Em uma família de 9 irmãos, ela é a única que fez uma carreira no mundo do trabalho formal. Através de um namorado, não coincidentemente morador de um bairro do centro expandido da cidade, conseguiu um emprego em uma grande editora. Começou o trabalho como assistente de produção editorial e hoje é proprietária de uma rede de gráficas. Ela é uma mulher imponente que transmite força e confiança, aspectos lembrados e reconhecidos por ela quando conversamos sobre a sua trajetória em um ambiente masculino e elitizado.

⁴ Nos centros de comércio popular do centro da cidade e da região do Brás, tive contato com muitos agiotas de origem colombiana e peruana.

Tatiana preza por sua independência e autonomia, o que para ela seria incompatível com a formação de uma família tradicional. Apesar de ter uma origem muito pobre, ela despreza e evita o popular, e vive há mais de 30 anos em um dos bairros mais valorizados de São Paulo, mantendo uma vida social muito ativa em meio a outras mulheres ricas da vizinhança. É evidente que Tatiana coloca muita energia e dinheiro em sua aparência elegante e sofisticada. Mesmo nos churrascos na garagem da casa do irmão, ela ostenta anéis de ouro, colares e brincos de pérolas e bolsas e sapatos de luxo.

Em 2012, Tatiana conheceu em um clube de seu bairro uma amiga que poucos meses depois a apresentou para Sandra. Ainda que Sandra não morasse naquele bairro, ela frequentava o clube assiduamente como uma tradição familiar. Esses clubes fazem parte da cultura da elite econômica da cidade e oferecem instalações, serviços e festas, proporcionando o convívio entre os membros e seus convidados. Essa é uma atmosfera de status e exclusividade, e os critérios para admissão são rígidos e não levam em conta apenas os aspectos econômicos, mas também consideram elementos como recomendação, endereço, patrimônio e profissão.

Sandra é a terceira personagem da história. Ela é amiga de Tatiana e subcontratou metade do empréstimo que Tatiana fez com Jorge. Quando a conheci durante um jantar, indelicadamente perguntei sua idade, mas ela ficou muito ofendida com a pergunta e me disse que eu jamais deveria perguntar a idade, o salário e o peso de uma mulher. Ela aparenta ter entre 50 e 60 anos e é uma mulher que carrega no olhar uma expressão de tristeza. Nas quase três horas que estivemos juntas, ela mencionou duas vezes o falecido marido – que morreu em decorrência de um problema cardíaco seis anos antes desse jantar. Sandra fala pouco e quando fala, fala baixo, como quem quer se diminuir ou se encolher. Ao contrário de Tatiana, ela não parecia prestar tanta atenção à sua aparência e não dava sua opinião nas conversas, curiosamente concordando com opiniões divergentes sobre o mesmo assunto.

Chegando ao “outro mundo”

Fui gentilmente convidada para o churrasco que aconteceu naquele domingo de sol. O portão de ferro da garagem estava aberto; o mesmo que Jorge semanas antes, com orgulho, havia me mostrado as travas e mecanismos de segurança criados por ele. Eu sabia que Tatiana

viria para o churrasco naquela tarde, e eu aguardava curiosa a chegada dessa mulher que era quase uma lenda nas histórias que eu ouvi durante todo o trabalho de campo feito desde a graduação.

Um carro grande, 4x4, soando um ruído alto de motor a diesel, estaciona na frente da casa. Eu já imaginei que seria ela. Não era comum ver carros luxuosos e com os vidros fechados passando por ali. A caminhonete era mais alta do que a própria Tatiana, vestida com roupas de linho, sapatos de couro e exibindo um cabelo cuidadosamente escovado. A atitude corporal de sua chegada já denotava superioridade de classe. Sua vinda ao churrasco parecia trazê-la para o “buraco”, como ela se referiu ao bairro mais tarde, naquele dia. Na mesma cidade onde ela morava, no mesmo bairro onde a família dela morava, eu observava a cena compartilhando uma sutil tensão com os outros convidados do churrasco. O bairro era distante o bastante para ser descrito por Tatiana como um “outro mundo”, mas familiar o bastante para participar de uma longa e dramática relação de crédito/dívida.

Durante a pesquisa de campo, era comum que Jorge se lamentasse pelo destino amaldiçoado do dinheiro do *empréstimo de boca* que fez para a irmã. Essa dívida era como um fantasma que fazia Jorge sempre lembrar das consequências de “ter dinheiro na mão dos outros”. Ainda que esse tenha sido o empréstimo que Jorge mais obteve lucro – cerca de R\$100.000, considerando a diferença entre o valor do empréstimo e o valor da venda do apartamento, usado para pagar tanto a parte de Tatiana quando a parte de Sandra na dívida - o prejuízo moral e sentimental de ter sido enganado por sua irmã se tornou o aspecto mais importante dessa dívida.

Desde o início da minha pesquisa de iniciação científica, em 2017, tive contato com Jorge, sua família, vizinhança e vários membros de suas redes. Foram anos de contato intenso e de convívio íntimo. Frequentei muitos churrascos nos quintais e nas lajes, festas de aniversário, casamentos, batizados e velórios. Ouvi falar sobre Tatiana pela primeira vez através da esposa de Jorge, Andreia. Ela dirige um carro equivalente a um Palio 2005 adesivado dos dois lados com a logomarca da rede de gráficas de Tatiana.

Até aquele momento, em uma das festas na casa de Jorge ainda no início da pesquisa, eu não havia conhecido ninguém que fosse dono ou trabalhasse em uma gráfica. Perguntei para Andreia o motivo daqueles adesivos e até tinha cogitado na minha imaginação a hipótese de ser um mecanismo de proteção contra um possível roubo ou furto do carro, mas Andreia

me explicou que Tatiana havia emprestado aquele carro para a família como uma das formas de recompensa pelo cuidado que Andreia prestou ao sogro durante seis anos.

Pensando nessas “doações” recíprocas, me lembrei novamente de Mauss (2003). O empréstimo do dinheiro, o empréstimo do carro e os cuidados com os sogros não se restringem apenas à troca de bens tangíveis ou a formalidades, mas também evidenciam o compromisso pessoal dos indivíduos ao realizar doações. Ao ofertarem esses “favores”, Jorge e Tatiana estabelecem entre si um compromisso fundamental, tanto pessoal quanto econômico que precisa ser obrigatoriamente retribuído.

A cerveja que eu estava tomando quando Tatiana chegou não precisou acabar para eu notar a evidente e intencional distinção de classe perante os convidados do churrasco que dividiam a garagem abafada pelo sol que aquecia o sólido portão de ferro e pela fumaça que vinha da churrasqueira. Meu objetivo daquele dia era enfim conhecer Tatiana. Com os outros interlocutores, tive muita facilidade para conduzir as conversas no sentido de responder as minhas questões de pesquisa, mas com Tatiana eu tive que fazer um esforço muito maior. Foi difícil iniciar e sustentar uma conversa sobre a dívida, mas ainda mais complexo foi compreender o que era de fato o que aconteceu – ainda que no ponto de vista dela – e o que era uma expressão de superioridade existencial, constante e explicitamente performada.

Quando Tatiana chegou, ofereci ajuda para carregar as sacolas que estavam no carro. Não eram sacolas plásticas de supermercado, mas sim sacolas grandes de papel. Entrando na garagem carregando as sacolas, cruzei com o genro de Jorge que vinha carregando com dificuldade uma bacia rosa plástica grande cheia de linguças. Guardei o nome impresso naquelas sacolas que carregavam sobretudo pedaços de carne embaladas a vácuo, todas com etiqueta com preços acima de R\$100 que não estavam ali por acaso. Pesquisei sobre o mercado quando cheguei em casa, e descobri que se tratava na verdade não de um mercado, mas de um empório famoso que viralizou nas redes sociais por ser o mais caro do Brasil.

Pouco depois da chegada de Tatiana, Jorge me pediu para comprar sal grosso. Sabendo que eu estaria sempre disposta a caminhar pelo bairro, a tarefa de comprar pequenas coisas (cigarro, pão, cerveja, refrigerante ou um ingrediente que faltou para as tantas receitas preparadas pelas mulheres aos finais de semana) era frequentemente atribuída a mim. Normalmente, as crianças da família e da vizinhança me acompanhavam, mas naquele dia sugeri que Tatiana fosse comigo. Ela aceitou. Senti que na perspectiva dela, que falava comigo

em um tom de cumplicidade diferente do tom que tinha com outros convidados do churrasco, compartilhávamos algo em comum.

Nós não nos conhecíamos até o dia do churrasco, mas foi assustador identificar que eu e Tatiana, de formas diferentes e com propósitos diferentes, tínhamos em comum uma relação com o meu campo de estudos como se ele habitasse um outro tempo-espaço que precisa ser “instrumentalmente penetrado e evacuado” (Baird, 2018: 24). A relação com o território transcende as fronteiras geográficas e é mais complexa do que simplesmente o ato de entrar e sair do bairro.

A nossa imersão profunda e pessoal com o território, de diferentes formas, subverte a tradição etnográfica que sugere que o pesquisador ocupe um outro tempo-espaço em relação ao campo. Tanto os símbolos de ostentação utilizados por Tatiana, quanto a minha posição de observadora, reiteram a noção masculinista de que o “outro” deve ser instrumentalmente invadido e dominado (Idem, 2018). No entanto, as nossas presenças não se limitam a uma ocupação física temporária, mas envolvem uma imersão mais profunda e pessoal. De diferentes formas, eu e Tatiana construímos uma relação caracterizada por uma interdependência intrínseca com Jorge os outros convidados do churrasco.

No pequeno mercado, Tatiana fez muita questão de pagar os menos de três reais pelo sal grosso, novamente performando a riqueza que, naquele contexto, a fazia superior. A carteira de couro marrom guardava ao menos 10 cartões. Pude reconhecer a logo e as cores dos mais variados bancos. Para pagar pelo sal, Tatiana usou o cartão oferecido por um dos maiores bancos do Brasil que possui um serviço personalizado voltado para os clientes de alta renda.

Tatiana também estava curiosa sobre a minha presença no churrasco. Ela não apresentou interesse na minha pesquisa, mas estava muito interessada nos meus vínculos institucionais e no bairro que eu morava. Coincidentemente, eu morava no mesmo bairro onde ela comprou o seu primeiro apartamento. Usei mais essa experiência em comum para me aproximar e tentar uma carona para a *cidade* que nos daria pelo menos uma hora de conversa. Com sorte, consegui a carona e um convite para um jantar na casa de Sandra. Trocamos contatos e, claro, aceitei o convite.

No final de semana seguinte ao churrasco na casa de Jorge, combinei de encontrar Tatiana na portaria do prédio dela às 19 horas. Sugeri pedir um carro de aplicativo para irmos

até a casa de Sandra, trajeto de aproximadamente seis quilômetros em direção à zona sul da cidade. Mas Tatiana não aceitou a ideia e fez questão de que fossemos especificamente com um taxista que trabalha em um ponto de táxi a poucos metros de sua casa. Aceitei, entramos no carro e imediatamente se formou uma atmosfera muito tensa, parecida com quando fomos comprar sal para o churrasco.

Não formulei perguntas fechadas em nenhum momento da pesquisa, muito menos reproduzi as minhas questões sempre confusas durante as interações com os meus interlocutores. Era muito estabelecida para mim a ideia de que eu só compreenderia o fenômeno da agiotagem popular na medida em que eu me relacionasse cotidianamente com as pessoas envolvidas nessa prática, estando presente em contextos de negociações, acordos, cobranças, conversas informais, focos e conflitos.

Eu estava disposta a conviver com diferentes tipos de pessoas em diferentes partes da cidade, mas a interação com Tatiana me pareceu desde o início a menos produtiva empiricamente. Talvez porque eu, ingênua principiante, esperasse dela a história da dívida contada de forma objetiva e cronológica. Aos poucos, fui compreendendo que formular as histórias e dar sentido analítico a elas na verdade é o meu trabalho, e que isso só seria possível através da seleção de pequenos trechos que apareciam ocasionalmente durante as vivências cotidianas com os meus interlocutores.

Tatiana sabia que o meu interesse no jantar estava relacionado à minha pesquisa e mais especificamente à história da dívida entre ela, Jorge e Sandra. No entanto, não falamos sobre nada relacionado a isso durante os 20 minutos que ficamos no táxi, o que não fugiu das minhas expectativas, especialmente considerando a presença de uma pessoa conhecida no carro. Estar envolvida em uma dívida alta com um agiota não era compatível com os valores morais atribuídos à imagem que Tatiana construiu para si, reforçando a associação entre ter uma dívida a um sentimento de vergonha, fator que atribui mais uma camada delicada à um tópico que já é sensível.

Conversar sobre a experiência da dívida é tentar se esquivar da relutância em discutir questões financeiras tanto em conversas públicas quanto privadas (Calder, 1993). A dificuldade de abordar as finanças pessoais também foi descrita por Viviana Zelizer (1994) e Deborah James (2015). A desvalorização moral do devedor, intensificada pela sensação de culpa associada ao não pagamento, atribui a Tatiana e Sandra um estigma carregado de características negativas que as posicionam em um lugar socialmente inferior (Goffman, 1998).

Tatiana e Sandra fazem grandes esforços para não terem a sua imagem associada ao do inadimplente, frequentemente assimilada como uma fraqueza pessoal que resulta em desconfiança e discriminação. A honra e a vergonha são “critérios sociais de avaliação” (Peristiany, 1965) e se baseiam em um tipo ideal de pessoa que precisa seguir padrões específicos de comportamento. Quem possui dívidas transgride as normas e está sujeito ao estigma de insensatez, irresponsabilidade e descuido.

Ao entrar no apartamento de Sandra, me deparei com uma mesa de oito lugares coberta com tampo de vidro e posicionada bem em frente à janela com vista para outros prédios de luxo. Aquela cena foi uma materialização do argumento que no dia daquele jantar era ainda apenas uma ideia. Como poderia ser a prática de agiotagem, as transações informais-ilegais e a economia informal viver às *sombras*, no *submundo* e ser restrita ao dito *universo periférico*⁵?

Mas o dinheiro não circula sozinho e Jorge não expande seus *negócios* em um lugar desconhecido. Tatiana possibilitou que a agiotagem fosse um recurso para Sandra na medida em que ela própria repassou para a amiga metade do empréstimo que fez com o irmão. Me instigou muito a razão pela qual uma mulher rica, consumidora dos setores elitizados do sistema bancário, vivendo entre os cinco bairros mais valorizados da cidade, percorrer mais de 30 quilômetros para chegar em um dos cinco bairros mais pobres da mesma cidade para negociar um empréstimo informal.

Para muito além do econômico

R\$ 70.000 foi o valor da dívida que Tatiana fez com Jorge em 2014. Um empréstimo como esse, em outro caso, precisaria de uma garantia substantiva⁶. Tatiana é proprietária de uma agência de viagens e precisava de dinheiro para reformar as salas que ficavam dentro de

⁵ Essa noite contribuiu também para que eu não hesitasse em acompanhar os *negócios* de Jorge em um dos centros de comércio popular do centro da cidade, cenário no capítulo 3.

⁶ Em uma outra dívida que acompanhei, mas que não vai entrar na dissertação, uma casa avaliada aproximadamente em R\$300.000 foi passada para o nome de Jorge como garantia para um empréstimo de R\$100.000.

um velho galpão comercial. Jorge sempre deixava claro que não fazia *negócios* com seus amigos ou família porque o dinheiro é a “maldição” das relações. No entanto, Tatiana não foi o primeiro membro da família a pegar dinheiro emprestado. Durante a pesquisa, soube de mais dois casos. Um empréstimo de R\$7.000 a 5% de juros ao mês para uma tia aposentada que precisava lidar com dívidas de contas de consumo, e R\$15.000 a 10% ao mês para um sobrinho montar uma loja de açaí.

Não tem como saber o desenrolar da dívida se ela tivesse seguido os acordos que Jorge e Tatiana negociaram, mas o fato de Tatiana ter emprestado para a amiga Sandra – sem o consentimento de Jorge - metade do valor que pegou emprestado, certamente adiciona à história uma camada de complexidade. Tatiana se defende dizendo que acreditava que Sandra a pagaria em tempo de ela juntar a outra metade do dinheiro, mas depois de quase um ano sem notícias sobre o dinheiro, Tatiana decide pedir o auxílio de Jorge para encontrar uma maneira de cobrar Sandra.

Sempre que converso sobre essa história com Jorge, ele transparece uma profunda tristeza. Nesses momentos, um espaço é aberto diante de toda a postura de homem duro que não se comove com as mais terríveis histórias dos clientes passando por problemas pessoais e financeiros. Jorge ficou devastado pelo golpe – como ele mesmo descreveu – que sofreu da irmã. Não necessariamente pela preocupação em não obter lucro com o empréstimo, mas pelo choque de ter sido enganado e em seguida responsabilizado por cobrar por uma dívida de uma pessoa desconhecida que vive em um lugar onde Jorge não costumava circular.

Jorge passou dois anos ligando diariamente e fazendo visitas semanais à casa de Sandra, sem sucesso em receber os juros mensais ou algum abatimento no valor do empréstimo. Jorge criou, então, uma nova estratégia e recorre à uma sobrinha recém-formada em ciências contábeis para fazer uma pesquisa sobre os bens de Sandra. A descoberta de que Sandra possui um apartamento no centro histórico da cidade ofereceu a Jorge uma oportunidade de cobrar a dívida de uma outra forma. Quando compartilhou com Sandra a “descoberta”, ela aceitou transferir o apartamento para Jorge como pagamento de sua dívida. Não satisfeita com todo o drama já criado, Tatiana encontra uma solução curiosa para pagar os R\$35.000 da metade da dívida contraída.

O dinheiro da outra metade da dívida tomou um rumo inesperado quando Tatiana utiliza o nome de uma outra amiga para alugar o apartamento de Jorge, mantendo sua identidade oculta. Mais uma vez sem o consentimento de Jorge, o apartamento passa por uma

reforma completa, realizada por Tatiana, que compartilha o resultado com Jorge como um presente à família. Mais uma grande briga se arma e Tatiana aproveita a situação para quitar, a contragosto e após intensas negociações, sua própria dívida com Jorge, alegando que gastou mais de R\$100.000 na reforma do apartamento.

Jorge, então proprietário de um apartamento reformado com um histórico conflituoso, decide rapidamente vendê-lo e investir na aquisição de um terreno em uma área comercial de uma *favela* na zona leste que irá possibilitar a construção de relações que vão expandir as possibilidades da prática de agiotagem naquela região, cenário do capítulo 2.

Jorge se refere tanto à Sandra quanto à Tatiana enquanto pessoas honestas, “do bem”, que realmente não tinham condições de pagar pela dívida adquirida. Essa compreensão benevolente não foi repetida em nenhum outro caso que acompanhei, ainda que os outros clientes fossem pessoas pobres e que viviam em condições materiais bastante precárias. Fontaine (2014) aponta que o processo de construção da reputação em uma relação de dívida/crédito não se limita apenas ao cumprimento formal de acordos e à manutenção da palavra empenhada. Pelo contrário, está intrinsecamente relacionado a comportamentos e à internalização de valores morais considerados positivos. Ainda hoje, as pessoas recorrem à cuidadosa avaliação de atributos considerados positivos nos primórdios da modernidade europeia (a fidelidade conjugal, a honestidade, a crença em Deus, a sobriedade, a capacidade de leitura e escrita) para a formação da reputação e da construção da confiança (p.269).

A cada duas semanas, no mínimo, Jorge convida para o churrasco os vizinhos, os irmãos, os comerciantes e os *bandidos do bairro*. Para além da manutenção da vida social e do lazer, o churrasco, ainda que de forma bastante informal e descontraída, é também um recurso usado por Jorge e um ambiente para negociações. Oferecer uma festa, sobretudo baseada na carne como um item de consumo e símbolo brasileiro de prosperidade, é também uma forma de mostrar poder e criar hierarquias e dependências.

Inevitável pensar na descrição de Mauss (2003) sobre o “laço de energia espiritual” criado na dádiva. Nesse contexto, esta forma de relação difere substancialmente da troca mercantil, uma vez que Mauss a associa a uma dimensão moral e ética que permeia as transações econômicas. As dádivas, exemplificadas por meio do convite para o churrasco e do compartilhamento de bebidas e comidas, transcendem a mera troca utilitarista. Para Mauss, as obrigações de reciprocidade não recaem sobre os indivíduos, mas sobre a coletividade (p. 190)

que reúne a família e a vizinhança em torno de um evento social, simbolizado pelo churrasco. Na medida em que o churrasco é ofertado e retribuído, o respeito por Jorge é concedido e reconhecido.

Chamo atenção à decisão sobre quem será convidado, e em qual momento e contexto chega esse convite; as fofocas durante o churrasco e os rumores que correm durante a semana como formas de danificar ou fortalecer a reputação de Jorge e seus convidados; a ironia sobre a casa, tão cuidadosamente trancada e vigiada, que durante os churrascos exhibe para o bairro os portões abertos demonstrando confiança tanto nos convidados quanto na proteção em relação à possibilidade de algum “perigo externo”.

Dos clubes de elite na *cidade* aos churrascos na garagem na periferia, Jorge, Tatiana e Sandra combinam suas relações íntimas com atividades econômicas. Dinheiro do crédito oferecido ao cliente com serviço personalizado do banco se mistura ao dinheiro do agiota, se materializa em um apartamento no centro e depois em um terreno na *favela*. A agiotagem popular é feita de relações sociais que não são apenas econômicas. Não há submundo na medida em que essas relações perpassam espaços urbanos e classes sociais.

2. Favela

“A vida dele está rodando na minha mão”

Neste capítulo, classifico a agiotagem popular como um *negócio*, categoria nativa que designa um conjunto de trocas mercantis estáveis. Mais especificamente, delinheiro a existência desse *negócio* a partir de duas outras práticas absolutamente decisivas para a existência da agiotagem: os *rolos* e os *esquemas*. A partir da história de uma dívida, demonstrarei como o *negócio* da agiotagem se relaciona com os *rolos* e os *esquemas* em sua cotidianidade.

“A vida dele está rodando na minha mão” foi o que Jorge disse enquanto estávamos a caminho da Avenida do Engenho. Jorge precisava “fazer uma cobrança” e eu passaria aquela manhã caminhando pelo bairro e conversando com os membros da rede de proteção de Jorge. Jorge encontrou Marcos em uma das esquinas da Avenida do Engenho, uma importante via que conecta várias favelas do extremo leste da cidade de São Paulo. A esquina escolhida para fazer as cobranças desse lado da cidade é um espaço pensado estrategicamente por Jorge, que em uma situação não ideal pode mobilizar a sua rede de proteção, resultando por vezes em violência física.

A Avenida do Engenho tem cerca de quatro quilômetros de extensão e é localizada na parte alta de uma região rodeada dos dois lados por favelas que fazem divisa com áreas rurais. Diante da urbanização acelerada e da demanda crescente por habitação, essa área foi rapidamente ocupada, especialmente na década de 1970, hoje abrigando apenas nessa região (uma parte de um distrito) quase 200.000 habitantes. Usando transporte público, o acesso à região depende de vans ilegais ou do ônibus que passa a cada quarenta minutos em dias de semana e que faz o traslado até uma estação da CPTM. De carro, saindo do centro da cidade em um dia sem trânsito intenso, o caminho é de cerca de uma hora e vinte minutos.

A entrada para a Avenida do Engenho é feita através de um acesso na rodovia. Nela estão localizados os maiores comércios da região, como supermercados, farmácias, lanchonetes, oficinas mecânicas, lojas de carro, construção, roupas e utensílios domésticos, academias, salões de beleza e escritórios de advocacia. Nessa avenida invariavelmente muito movimentada, a presença de Pedrão e João é crucial para que esse seja o lugar escolhido para as cobranças.

Jorge me contou que Pedrão é “cadeeiro”⁷ e atua no PCC⁸ como “disciplina”⁹. Ele tem cerca de 50 anos, é bem alto e tão forte quanto os seus apertos de mão que sempre me fazem sentir pequena e fraca. Nasceu e cresceu em uma favela vizinha da zona leste e abriu o seu supermercado na Avenida do Engenho depois de sair da prisão pela segunda vez. Foi preso primeiro por roubo e depois por tráfico de drogas. Pedrão é bem carismático, mas equilibra a simpatia com a postura que relembra a sua autoridade para quem está ao redor. Ele presta atenção à sua aparência e gosta de vestir regatas pretas apertadas, bermudas de tãctel, tênis esportivos de marca e correntes grossas. Durante as nossas interações e caminhadas pela região, Pedrão demonstrou mais confiança e vínculo com as pessoas ao redor do que as lideranças políticas locais que conheci em outras ocasiões do trabalho de campo.

A relação entre Jorge e Pedrão começou muito antes da prática de agiotagem e antes mesmo de Pedrão ingressar no PCC. Jorge, como detalharei abaixo, faz parte do que é conhecido como uma “família de bandidos”. Um dos dez irmãos de Jorge, Sérgio, foi um importante traficante de drogas entre as décadas de 1980 e 1990 e tornou-se uma figura conhecida que atuava nas favelas da zona leste de São Paulo. Ele teve uma longa carreira no mundo do crime até ser assassinado há vinte anos.

Para Jorge, é importante que Sérgio fosse “conhecido e respeitado” por Pedrão. Há mais de 30 anos, Jorge transportava drogas que seu irmão Sérgio negociava, e através de Sérgio, ele conheceu Pedrão. Jorge e Pedrão eram conhecidos, mas se encontraram pouco, desde então. Foram se reencontrar apenas em meados de 2010 quando Jorge procurava um terreno para comprar na Avenida do Engenho com o dinheiro da venda do apartamento fruto da dívida do capítulo anterior.

⁷ Termo usado para se referir a ex-presidiários ou a pessoas que mantêm ligações ou influência com o sistema carcerário.

⁸ O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização que surgiu nas prisões de São Paulo na década de 1990 como forma de organização social e política. O PCC se expandiu significativamente, inclusive para outros países, e hoje é um sistema dinâmico que se adapta ao contexto local e às demandas de seus membros, influenciando não apenas o cenário criminal, mas também aspectos sociais e políticos dos territórios em que está presente (Feltran 2018; Mando & Dias, 2018).

⁹ O termo “disciplina” é usado para o membro do PCC que faz a gestão cotidiana das relações, é responsável por manter a ordem interna, garantir o cumprimento das regras estabelecidas pelo estatuto e resolver conflitos locais podendo fazer o uso de punições quando o grupo deliberar necessário (Biondi, 2014, p. 185)

João, que é gerente da oficina de carros de Jorge que fica localizada na mesma quadra do supermercado de Pedrão, tem a aparência quase contrária à de Pedrão. Ele é fechado, quieto e não investe em sua aparência. João veste calças jeans manchadas no comprimento e rasgadas na barra e camisetas velhas. João parece andar de lado mesmo quando caminha para frente. Ele é uma pessoa mais devagar e não olha ao redor com tanta sagacidade, como faz Pedrão e Jorge. Ele é amigo de infância de Jorge e cresceram juntos naquele bairro da zona leste. O pai era mecânico e o iniciou na profissão. Trabalhou em várias oficinas da região até Jorge ter a ideia de oferecer o cargo de gerência ao amigo depois da construção de sua própria oficina no terreno que comprou.

Ele não é a pessoa que vai praticar algum tipo de violência ou ameaça, mas vive cotidianamente na região e conhece os *bandidos do bairro*, podendo acioná-los quando necessário. A oficina também funciona como uma base para Jorge, mais um motivo para circular pelo bairro e uma referência para se apresentar. Pedrão representando o crime e João representando o comércio local tanto garantem a proteção pessoal de Jorge durante a prática de agiotagem popular, e asseguram que as *cobranças na rua* acontecerão, quanto acionam Jorge quando precisam de algum favor, como o empréstimo de armas ou condições mais favoráveis para “empréstimos de boca”¹⁰.

A compra do terreno na Avenida do Engenho proporcionou o reestabelecimento da relação entre Jorge e Pedrão e deu um novo sentido, agora mais utilitário, à relação entre Jorge e o amigo de infância João. Esse são vínculos produzidas na história das relações entre famílias e vizinhanças¹¹, principalmente entre homens que cimentam a confiança, permitindo a construção de uma rede de proteção que confere honra e reputação à Jorge.

Assim, Pedrão e João apoiam o agiota - também simbolicamente - durante as cobranças. Não se trata de um apoio apenas material, embora eles também garantam a possibilidade de usar a violência física (ou, em última instância, a violência letal) quando a dívida não é paga - parcial ou totalmente. Eles me explicaram esse funcionamento durante conversas pessoais,

¹⁰ Jorge “faz a conta” (registra as transações, valor devido, valor pago, taxa de juros de cada mês, e datas de cobrança) em cadernos, mas o “empréstimo de boca” que faz para os “próximos”, como no capítulo anterior, não entra nesses cadernos. Não são cobrados juros mensalmente, semanalmente ou diariamente e quem faz esse tipo de empréstimo não é considerado cliente. Os “próximos” fazem pagamento mensais que são abatidos do montante da dívida.

¹¹ Cf Caldeira, 2000; Fontes, 2022.

apenas depois de muitos meses de trabalho de campo. A confiança para esse tipo de relato não se obtém rapidamente e, de certa forma, fica restrita àqueles que meus interlocutores consideram seus próximos. De outro lado, sempre negocie em meu trabalho a minha autonomia intelectual e minha liberdade acadêmica. Meus interlocutores não têm, mesmo que próximos, ascendência sobre o tipo de análise que eu faço de seus *negócios* e atitudes.

Como aliados do agiota e figuras com as quais "ninguém mexe", essa relação confere legitimidade ao agiota como alguém "a ser respeitado". Como parte da rede, a família do agiota, – que é conhecida na região, mesmo os que foram assassinados – também confere a legitimidade necessária à Jorge. A família participa, como venho notando, extensivamente de outras das redes que sustentam e tornam viável o sistema informal/ilegal de empréstimos. A ideia de família não é nuclear, mas extensa, e sua participação nessa sociabilidade não é apenas relativa à proteção.

A dívida em números

Tabela 1: Cálculo da dívida de Marcos até a entrega do carro

Valor do contrato: R\$21.800

Data	Taxa de juros	Juros devido	Valor pago	Valor devido
Mês 1	8,00%	R\$ 1.744,00	R\$ 0,00	R\$ 23.544,00
Mês 2	8,00%	R\$ 1.883,52	R\$ 0,00	R\$ 25.427,52
Mês 3	8,00%	R\$ 2.034,20	R\$ 0,00	R\$ 27.461,72
Mês 4	8,00%	R\$ 2.196,93	R\$ 0,00	R\$ 29.658,65
Mês 5	8,00%	R\$ 2.372,69	R\$ 0,00	R\$ 32.031,34
Mês 6	8,00%	R\$ 2.562,50	R\$ 0,00	R\$ 34.593,84
Mês 7	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 17.000,00	R\$ 16.800,00
Mês 8	8,00%	R\$ 1.344,00	R\$ 0,00	R\$ 18.144,00
Mês 9	8,00%	R\$ 1.451,52	R\$ 0,00	R\$ 19.595,52
Mês 10	8,00%	R\$ 1.567,64	R\$ 0,00	R\$ 21.163,16
Mês 11	8,00%	R\$ 1,693,05	R\$ 0,00	R\$ 22.856,21

Mês 12	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 4.000	R\$ 18.856,21
Mês 13	8,00%	R\$ 1.508,49	R\$ 0,00	R\$ 20.364,70
Mês 14	8,00%	R\$ 1.629,17	R\$ 0,00	R\$ 21.993,87
Mês 15	8,00%	R\$ 1.759,50	R\$ 0,00	R\$ 23.753,37
Mês 16	8,00%	R\$ 1.900,27	R\$ 0,00	R\$ 25.653,64
Mês 17	8,00%	R\$ 2.052,29	R\$ 0,00	R\$ 27.705,93
Mês 18	8,00%	R\$ 2.216,47	R\$ 0,00	R\$ 29.922,40
Mês 19	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 6.000	R\$ 23.922,40
Mês 20	8,00%	R\$ 1.913,79	R\$ 0,00	R\$ 25.836,19
Mês 21	8,00%	R\$ 2.066,89	R\$ 0,00	R\$ 27.903,08
Mês 22	8,00%	R\$ 2.232,24	R\$ 0,00	R\$ 30.135,32

Ao longo de 22 meses, Marcos realizou três pagamentos totalizando R\$27.000. No entanto, sua dívida aumentou apenas de R\$21.800 para R\$30.135,32. No mês 22, Jorge explicou-me que não poderia ter tanto "dinheiro na rua" ou "nas mãos" de apenas um cliente, pois isso não faria o "capital girar" (ou o fluxo de caixa girar). Ele explicou que era necessário realizar a *cobrança na rua*. O resultado desse encontro com Marcos, na esquina da Avenida do Engenho, foi a 'entrega' de um carro. Marcos quitou pouco mais do que a metade de sua dívida com o veículo. Jorge decidiu que o carro valia cerca de R\$15.000, uma avaliação que Marcos considerou muito generosa para o antigo Fiat que entregou a Jorge. Apesar do cálculo generoso, a dívida não foi totalmente quitada, e a relação continua até hoje com pagamentos mensais de juros.

A prática de "emprestar dinheiro a juros" não se limita a ser a função exclusiva de Jorge; a existência da rede de agiotas antecede a própria atividade de agiotagem. A "família de bandidos" à qual Jorge está vinculado não apenas facilitou sua relação com Pedrão, o membro do PCC na cena da travessa da Avenida do Engenho, mas também desempenhou um papel crucial em sua trajetória até praticar a agiotagem popular.

Antes de se tornar um agiota, Jorge me contou no início do trabalho de campo para o mestrado, em 2021, que "fez de tudo", exercendo diversas funções no mundo do crime. Sua participação incluiu envolvimento em roubos de carga coordenados pela família, a propriedade de pequenos estabelecimentos comerciais, revenda de vários tipos de produtos e

administração de caça-níqueis nos bares das favelas da região. Jorge diz que sempre esteve disposto a se envolver e “fazer dinheiro” em diferentes tipos de *rolos, esquemas e negócios*, demonstrando adaptação constante e forte habilidade em navegar pelo movimento do mundo do crime. A “família de bandidos” de Jorge não apenas forneceu a base para a prática de agiotagem, mas também moldou a sociabilidade de Jorge para que fosse possível criar habilidades e correr riscos.

Em concomitância com sua prática de agiotagem, Jorge ainda é envolvido com várias outras práticas informais-ilegais. Ele continua fazendo *rolos*, trocando mercadorias roubadas e itens usados como forma de pagamento de dívidas, como celulares, joias, carros e imóveis, por outras mercadorias e serviços. Além dessas atividades, o agiota mantém dois *esquemas* principais. Primeiramente, ele adquire ouro “direto da fonte”, realizando compras no atacado e sem a devida nota fiscal, para posterior revenda em menor escala. Jorge também vende produtos como roupas, bolsas, cosméticos e eletrônicos, que são importados clandestinamente por meio de navios. Essas atividades não apenas amplia a diversidade de seus empreendimentos, mas também revela uma rede de relações que se estende para muito além dos *favela*.

Os *bandidos do bairro* acionados por João e os recursos do PCC disponibilizados via relação com Pedrão tanto garantem a proteção pessoal do agiota, e asseguram que as *cobranças na rua* acontecerão, quanto acionam o agiota para garantir as suas proteções pessoais e a proteção de seus *esquemas e negócios*. Os comerciantes locais, a vizinhança e a família participam da indicação de clientes, e em troca esperam desfrutar de melhores condições em futuros empréstimos. A mobilização de recursos também não foge dessa lógica: os comerciantes locais, a vizinhança, a família, os *bandidos do bairro* e o *crime* fornecem o recurso imaterial importante para a viabilização da prática de agiotagem (a construção da confiança e da honra do agiota), ao passo em que a família do agiota, por vezes, mobiliza o recurso material indispensável para esse sistema de empréstimos informal-ilegal (o dinheiro propriamente dito).

Rolos, esquemas e negócios

Pode parecer retórica usar essas categorias nativas para traduzir ao leitor não especialista o que a agiotagem tem a nos ensinar sobre o conflito urbano. Não gostaria de exotizar essas práticas, muito pelo contrário. Chamam-se de *rolos*, nas periferias urbanas, as transações que acontecem quando há uma troca de objetos ou serviços entre pessoas. Por exemplo, um *rolo* ocorre desde quando há uma simples ‘troca’ de veículos entre dois atores ou até mesmo quando acontece uma ‘negociação’, ou uma ‘troca’, de mercadorias roubadas pelo pagamento parcial ou completo da dívida com um agiota. *Fazer um rolo* não necessariamente aciona uma rede mais complexa, mas pode colocar em contato atores que participam dessas redes.

Essa é a diferença entre um *rolo* e um *esquema*. Para que ocorra um *esquema*¹², é necessário que haja uma constante relação de lealdade e confiança entre quem ‘executa’ o *esquema* e quem ‘manda’ no *esquema*. Existem *esquemas* de roubo de carga, transporte de droga ou mortes por encomenda, por exemplo.

O agiota, por sua vez, a fim de garantir que receba as quantias emprestadas, tem um *esquema* com os *bandidos do bairro* e os aciona quando é necessário fazer uma *cobrança na rua*. Em troca dessa ‘parceria’, o agiota pode pagar quantias em dinheiro para os *bandidos do bairro*, ou indica-los para quem ‘executa’ outros tipos de *esquema*. Esses *esquemas*, portanto, sustentam e viabilizam os *negócios* – os *negócios* são práticas mercantis mais estáveis e duradouras. Contudo, os *rolos*, *esquemas* e *negócios* são acionados aqui justamente porque a agiotagem, que é um *negócio*, só funciona em um sistema de rede que aciona os *rolos* e *esquemas* porque precisa de proteção, de mobilização de recursos e de clientes.

Nesse sentido, proteção, mobilização de recursos e indicação não são artifícios demandados apenas pelo agiota ou pelos outros membros da rede, mas são relações de dupla-troca, não necessariamente lineares e planejadas, e sim “relações sociais de circulação” (Urry,

¹² A tese de doutorado de Eduardo Rodrigues (2013) explora o conceito de *esquema* no subúrbio carioca como um apoio informal aos candidatos do processo seletivo para a Polícia Militar. É formada uma rede de apoio envolvendo familiares, amigos, ex-policiais e vizinhos que fornecem suporte financeiro, logístico, emocional. Rodrigues discute as dimensões morais e éticas do *esquema* como um recurso que pode romper barreiras institucionais para candidatos de origem desfavorecida que veem o *esquema* como uma demanda concreta e uma forma legítima de buscar ascensão social e econômica.

2007: 197). Assim, o dinheiro que circula da casa do vizinho à casa do traficante de drogas, do salão de beleza ao desmanche de carros, viabiliza a construção e manutenção das redes do agiota (Gobbi, 2020). Trato aqui dos conceitos de rede (Castells, 1999) e circulação (Appadurai, 1986; Harvey, 1992) enquanto chaves interpretativas que consideram que as relações estabelecidas dentro das redes são relações não verticalizadas e que não obedecem a um único comando (Urry, 2003) ou a uma hierarquia (Freire-Medeiros & Lages, 2020).

“A gente só conhece a pessoa quando mexe com dinheiro”

Mesmo passando pela indicação de clientes, “a gente só conhece a pessoa quando mexe com dinheiro” é o que Jorge fala quando conversamos sobre as dívidas. A rede de proteção não é mobilizada e pensada enquanto uma categoria policial, mas no sentido da existência da garantia de que a dívida, de alguma forma, será cobrada. Mesmo diante de um contexto de regulação da violência letal nas periferias de São Paulo (Feltran, 2018; Biondi, 2009; Biondi, 2014), esgotadas as formas ‘pacíficas’ de cobrança (‘visitas’, telefonemas, mensagens e ‘encontros ocasionais’), as *cobranças na rua* são acionadas. Esses episódios, como no caso descrito acima, acontecem quando o agiota mobiliza a sua rede de proteção para ‘cobrar’ um cliente, ou um caloteiro, que tem uma dívida que não foi paga e não foi renegociada. Essas cobranças iniciam, por um lado, um confronto com os caloteiros e, por outro, uma aliança com o PCC e com os *bandidos do bairro*. Para continuar fazendo *negócio*, é preciso também “colocar dinheiro na rua”. Para isso, é necessário elaborar (e manter) uma cartela fixa de clientes¹³, de modo a “abrir contas” que se transformem em dívidas eternas – como no caso de Marcos.

Oito meses após a ‘entrega’ do fiat na Avenida do Engenho, Jorge dedicou mais um dia a cobrar Marcos, dessa vez em sua casa. Naquele dia, era feriado nacional e o movimento apressado de pessoas carregando sacolas e entrando e saindo das lojas dava lugar a grupos de

¹³ Mesmo nas instituições bancárias onde há grande oferta de crédito e microcrédito, o público-alvo são os aposentados e os servidores públicos justamente por conta a existência da uma estabilidade na renda que permite acesso privilegiado ao crédito formal (No Brasil, Fernandes, 2019; Na África do Sul, James, 2015). Por outro lado, os clientes dos agiotas estão submetidos às ocupações informais e ilegais, e por isso contam uma importante instabilidade na renda, e também por essa razão muitos desses clientes estão excluídos de outras formas de acesso ao crédito formal-legal.

jovens ocupando a avenida com seus narguilés, caixas de som, bebidas alcoólicas e motos sem placa dando giro e chamando no grau.

Após a ‘entrega’ do carro avaliado em R\$15.000, Marcos não pagou os juros mensais e nenhuma quantia de sua dívida restante, mais R\$15.000. Ao longo dos oito meses, os juros acumulados somaram mais R\$12.749 e a dívida estava totalizada em R\$ 27.749. Com os comércios fechados e conseqüentemente sem o apoio de Pedrão e João, Jorge foi “tirar satisfação do dinheiro na rua” com o apoio de sua família, não por acaso responsável parcialmente pela cobrança da dívida depois de ter indicado Marcos para fazer o empréstimo com Jorge.

Tabela 2: Cálculo da dívida de Marcos da entrega do carro à *cobrança na rua*

Data	Taxa de juros	Juros devido	Valor pago	Valor devido
Mês 23	8,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00
Mês 24	8,00%	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00	R\$ 16.200,00
Mês 25	8,00%	R\$ 1.296,00	R\$ 0,00	R\$ 17.496,00
Mês 26	8,00%	R\$ 1.399,00	R\$ 0,00	R\$ 18.895,00
Mês 27	8,00%	R\$ 1.511,00	R\$ 0,00	R\$ 20.407,00
Mês 28	8,00%	R\$ 1.632,00	R\$ 0,00	R\$ 22.039,00
Mês 29	8,00%	R\$ 1.763,00	R\$ 0,00	R\$ 23.802,00
Mês 30	8,00%	R\$ 1.904,00	R\$ 0,00	R\$ 25.702,00
Mês 31	8,00%	R\$ 2.056,00	R\$ 0,00	R\$ 27.749,00

O motivo da visita de Jorge era a cobrança da dívida, mas o destino da viagem era a casa de seu irmão, que mora a algumas ruas de distância da casa de Marcos, em uma das favelas localizadas na *favela* ao redor da avenida do Engenho. Se o comércio local e o crime compunham a rede de proteção que conferia honra e reputação à Jorge, agora a família e a vizinhança desempenhavam esse papel. Jorge não mantinha uma postura mais discreta como

da outra vez, pelo contrário, fez questão de passar horas tomando cerveja na rua, andando de carro pelas vielas, até que estacionou o carro no meio da rua, em frente à casa de Marcos.

Era um dia movimentado na *favela*. Quando Jorge parou o carro, as pessoas ao redor, inclusive eu acompanhada das filhas do irmão de Jorge, olhávamos curiosos para o que iria acontecer. A casa de Marcos é mais estreita do que o comprimento da SUV de Jorge. Os cômodos foram construídos na parte de cima e o espaço de baixo acumula ferro velho, protegido por um portão antigo e bastante enferrujado. Marcos não atendia mais às ligações de Jorge, então Jorge bateu palmas e gritou por Marcos e sua esposa por cerca de 10 minutos, o que chamava ainda mais atenção de quem estava na rua.

Ninguém daquela casa atendeu aos chamados de Jorge, então ele decidiu voltar para tomar mais uma cerveja na rua de seu irmão. Uma hora depois, ele voltou à casa de Marcos e reparou que havia mais uma corrente de ferro com cadeado fechando o portão. Jorge voltou a gritar por Marcos, incluindo dessa vez “Marcos, seu safado”, até que um vizinho contou para Jorge que a causa do sumiço de Marcos teria sido um acidente de moto. Depois de 15 minutos de tensão, a esposa de Marcos foi conversar com Jorge, mas ele não quis nem iniciar algum tipo de debate e disse que o problema dele era com Marcos. A esposa subiu para a casa e Marcos desceu logo em seguida.

Descalço, com um rosto bem abatido e aparência doente, Marcos vestia uma calça Jeans rasgada e uma camisa polo manchada. De longe e junto às outras pessoas que observavam a cena à vários metros de distância, eu não pude acompanhar a conversa que mudou para um tom mais baixo – mas não mais ameno - assim que Marcos apareceu. Observei que Marcos não olhava em nenhum momento diretamente para Jorge. Ele carregava um molho de chaves provavelmente que abriam os cadeados do portão, como que indicasse que tinha a intenção de abrir, mas não abria. Depois de alguns minutos de conversa, Marcos colocou uma das chaves em um dos cadeados, se aproximando do portão, da rua e de Marcos. Ele manteve a chave dentro do cadeado por mais alguns minutos, mas não fazia o movimento de girar para que o cadeado pudesse ser aberto.

Jorge pegou o pequeno caderno e a caneta em seu bolso e anotou alguma coisa. Em seguida, pegou seu celular e fez uma ligação. O celular que estava no bolso de Marcos começou a tocar. Entendi que era uma conferência para garantir que aquele era mesmo o novo contato do cliente. Parecia ser o fim da conversa quando Jorge voltou a subir o tom dizendo coisas

como “mas esse problema não é meu”, “não quero ter que acionar os meios” e repetindo “você é um safado”.

Em conversa posterior que tive com Jorge sobre esse momento, ele me disse que Marcos contou a história de seu acidente, dos seus planos de processar o motorista envolvido e de voltar ao trabalho no mês seguinte, o que me parecia inviável porque Marcos apresentava dificuldades de mobilidade. Alguns meses depois dessa segunda *cobrança na rua*, Jorge me disse, em uma ligação, que Marcos realiza pagamentos de R\$500,00 por mês, referente apenas à uma parte dos juros. Apenas o valor dos juros devido seria, no entanto, R\$ 2.056,00.

Mobilização de recursos na rede de proteção

É precisamente essa presença do agiota em tantos mercados informais-legais que viabiliza a construção e a manutenção da rede de mobilização de recursos. E é também essa rede que viabiliza que os agiotas “façam negócio”. Como dito, é necessário muito mais do que dinheiro para viabilizar a prática de agiotagem. “Quem está na rua sabe muito bem o tipo de pessoa que está acostumada com o mercado”, e os agiotas estão “na rua”, lidando com o “mercado”, muito antes de praticarem agiotagem. E é esse “mercado” que garante que os agiotas sejam pessoas “conhecidas” e “respeitadas”, produzindo a manutenção da honra e da reputação (Mauss, 2018) do agiota enquanto um recurso indispensável para a manutenção do sistema de empréstimos informal-ilegal.

A prática de agiotagem circunscreve um ponto de conexão entre o dinheiro que transita tanto nos mercados formais e legais, quanto nos mercados informais e ilegais. Esse sistema de empréstimos informal-ilegal pode ser mobilizado tanto para o dono da padaria fazer uma reforma, quanto para o chefe do roubo de carga comprar uma arma (Gobbi, 2020). A circulação do agiota nesses contextos produz a disponibilização do dinheiro para os clientes, e a mobilização da manutenção da confiança e da honra – portanto, reputação – do agiota (Marques, 2002; Mauss e Hubert, 2018). Essa reciprocidade constrói laços sociais pelos quais se movimentam recursos reais (Granovetter, 1973; Marques, 2003), possibilitando cada vez mais a produção de novas transações (Bourdieu, 2001) que viabilizam a prática de agiotagem popular.

Os *rolos* e *esquemas* não apenas ampliam a diversidade dos empreendimentos de Jorge, mas também revela uma rede de relações que se estende para muito além dos *favela*.

3. Centro de comércio popular

O movimento do comércio

Neste capítulo, argumentarei que o dinheiro da agiotagem estrutura os comerciantes informais-ilegais do *centro*. O grande volume de dinheiro emprestado é investido nos pequenos *negócios* e circulado em uma economia popular dinâmica e ativa¹⁴. A partir do caso de uma dívida entre Jorge e uma trabalhadora ambulante do *centro*, discutirei a complexa rede de ilegalismos que permeia as dinâmicas sociais e econômicas urbanas, formando um ambiente onde as fronteiras entre o legal e o ilegal são frequentemente borradas (Telles 2010a; Telles, 2010b). Empiricamente, “quando se toma o dinheiro como objeto mediador a estudar, não há ponto final de um mercado ilegal e início de outro, legal. Há uma relação direta entre eles, mediada pelo consumo, ou indireta, mediada por outros mercados” (Feltran, 2019, p.8).

Em uma manhã de sexta-feira, fui fazer compras em um centro de comércio popular para a montar uma roupa que usaria na 28ª edição da Parada do orgulho LGBTQIANP+ de São Paulo. Naquele momento, em meados do primeiro semestre de 2022, eu já havia visitado algumas vezes outros mercados populares e me surpreendido com a quantidade e a presença diária de agiotas que fazem empréstimos para os comerciantes. Inicialmente, não considerei analisar esse tipo de agiotagem na dissertação porque considerava que seu funcionamento era muito diferente em relação aos outros empréstimos entre Jorge e seus clientes.

No entanto, soube, por intermédio de uma vizinha do irmão de Jorge, que conheci durante trabalho de campo na *favela*, que se desenrolava no *centro* uma dívida tensa. Sabendo de meu interesse em acompanhar as dívidas entre Jorge e seus clientes, ela me colocou em contato com Lúcia, trabalhadora do *centro* e amiga próxima da cliente em questão. A partir desse contato, com frequência passei a circular mais pelo *centro* e fui apresentada à outras pessoas que atuam nos mercados informais e ilegais da região.

No *centro*, a prática de agiotagem funciona de forma mais dinâmica, apegada ao lucro e aos cálculos matemáticos práticos. No *centro*, os agiotas disputam espaço e clientes nas ruas com outros agiotas, e andam acompanhados com três ou quatro seguranças privados. Eles contratam moças que distribuem diariamente seus cartões de visita entre os trabalhadores

¹⁴ Agradeço a Felipe Rangel pela formulação precisa que foi elaborada durante minha banca de qualificação.

ambulantes, e no final do dia (ou da noite) de trabalho, esses cartões forram o chão das ruas com cifrões e pequenas tabelas de simulação de empréstimo.

“Receba seu dinheiro agora e pague em cómodas parcelas”; “empréstimo de dinheiro para comerciantes”; “temos as melhores taxas para você”; “receba seu dinheiro, rápido, seguro e confiável”; “não fique sem dinheiro”. Essas são algumas frases comuns de serem encontrados em um lado do cartão, seguido do nome e do contato do agiota - ou da “assessoria financeira”, para o caso dos agiotas que trabalham em um esquema “empresariado”¹⁵. Do outro lado do cartão, estão os “planos de pagamentos diários”, que são simulações de valores de empréstimo, como no exemplo abaixo.

Tabela 3: Exemplo de simulação sugerida em cartão de visita de agiota do centro de comércio popular

Valor	Parcelas Diárias
R\$ 300,00	R\$ 18,00 x 20
R\$ 500,00	R\$ 30,00 x 20
R\$ 1000,00	R\$ 60,00 x 20
R\$ 1500,00	R\$ 90,00 x 20

Diferente do que observei na *cidade* e na *favela*, os agiotas não recebem o valor dos juros mensalmente, mas cobram diariamente as parcelas das dívidas adquiridas por seus

¹⁵ Observei que existe uma tendência de “empresariamento” (Rangel, 2017) entre os agiotas que atuam especialmente no centro. A atividade, antes totalmente informal, se organiza através da criação de uma instituição financeira formalizada, estruturada com uma central de atendimentos que oferece empréstimos com condições fixas. Diferente dos agiotas “convencionais”, essas pequenas empresas oferecem empréstimos consignados (descontadas diretamente da folha de pagamento); via conta de luz (em parceria com as concessionárias de energia) e usam o FGTS como garantia. Rangel (idem) analisa como operadores da economia informal adotam práticas empresariais para fazer a gestão dos *negócios*, aumentando o potencial lucrativo, ainda que continuem existindo informalmente. Dewey argumenta que o processo de regulamentação dos mercados informais-ilegais funciona como uma estratégia de sobrevivência usada diante das adversidades econômicas.

clientes. Essas quantias, que variam em geral entre R\$100,00 e R\$2.000,00 são usadas fundamentalmente para a compra das mercadorias que serão vendidas naquele mesmo dia. Muitos trabalhadores desses mercados são imigrantes sem documentação ou que estão no processo de regularização migratória, e isso os impede de acessar o sistema de empréstimo formal. Ainda que essa fosse uma opção, como é para os trabalhadores brasileiros, entendo que essas pessoas optem pelos empréstimos com os agiotas como uma “solução imediata”, sem os constrangimentos que um banco proporciona¹⁶, experiência relatada por muitos trabalhadores da economia informal.

Os bolivianos trabalham na confecção e no comércio da indústria têxtil, e constituem um dos maiores grupos de imigrantes presentes no *centro*. Os peruanos também vendem roupas e tocam pequenas lanchonetes. Os chineses são especializados na venda de produtos eletrônicos, tecnológicos e pirataria - junto com os paraguaios -, que estão mais estabelecidos e usufruem de um ponto fixo para as vendas, em especial dentro de galerias e shoppings populares. Os imigrantes dos países da África – sobretudo haitianos e angolanos - ocupam as posições mais precárias do *centro*, vendendo produtos variados que são colocados em cima de uma lona estendida no chão, que se move para diferentes pontos da rua várias vezes em um mesmo dia de trabalho. Senegaleses também estão presentes e vendem principalmente produtos artesanais e bijuterias. Como em todo comércio popular, também há relações marcantes entre essas economias e aquelas mais claramente criminalizadas (drogas ilícitas, contrabando etc.).

Os trabalhadores da economia informal e ilegal do *centro* estão submetidos a condições de trabalho precárias, instabilidade econômica e violência policial, especialmente durante as ações de fiscalização, repressão e desposseção de suas mercadorias (Glick-Schiller, N., & Çaglar, 2016). Essas pessoas negociam constantemente com agentes da prefeitura, polícia militar e outros agentes das economias informais e ilgeais pelo seu direito de trabalhar na rua (Gobbi et

¹⁶ Fernandes (2019) estudou a experiência de consumidores de instituições financeiras que buscam apoio jurídico no NUDECON (Núcleo da Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro). As narrativas sobre a experiência do endividamento formal são relatadas pelos clientes como “agiotagem legalizada” (p. 146) e incluem uma série de denúncias, incluindo a cobranças de juros abusivos, por vezes comprometendo mais do que 100% da renda do consumidor.

al, 2021), criando estratégias para obter informações e elaborar rotas de fuga (Aguiar, 2013; Freire da Silva, 2014; Piza, 2015).

O valor contratado foi de R\$2.300. Carla nunca pagou nem os juros mensais e nem qualquer parcela da dívida. A cliente, na mesma época, enfrentou problemas relacionados ao uso de drogas, lidava com conflitos com seus colegas de trabalho e via suas vendas caírem em decorrência do fortalecimento das plataformas de venda digital e do pânico acerca da segurança pública nas regiões de comércio populares.

Dia de pagamento

Eu priorizava frequentar o *centro* às sextas-feiras, dia mais movimentado. Idealmente, combinava a minha visita aos dias próximos do “dia de pagamento”, que ocorre no quinto de dia útil e no vigésimo dia de cada mês. Os clientes dos agiotas costumam realizar o pagamento em um desses dias, de acordo com o que combinaram na contratação do empréstimo ou recombinaaram em algum dos momentos de negociação no decorrer da dívida. A rua também é bem mais movimentada em dias de pagamento porque os consumidores vão fazer compras assim que recebem os seus salários.

Ao sair de uma loja, encontro Lúcia. Sua aparência reflete os quase vinte anos trabalhados na rua. Em pouco tempo completará 50 anos e deseja se aposentar. Sofre de reumatismo e dor crônica. Ela é uma mulher pequena e magra, deve pesar em torno de 45 a 50 quilos. No entanto, o modo com que fala e se relaciona com os seus colegas, que estão sempre ao redor, imprime muita “malandragem”, como ela gosta de dizer.

Lúcia é negra e imigrou para São Paulo vindo do Maranhão com apenas 13 anos. O único trabalho formal que teve foi como auxiliar de limpeza em uma empresa terceirizada que prestava serviços para um shopping center. Contudo, se orgulha de ser uma “mulher trabalhadeira”. Antes de ser puxadora, foi sacoleira. Em seu pescoço, chama atenção uma cicatriz que se estende até seu colo, marca de quando seu ex-marido tentou mata-la queimada enquanto dormia. Eu havia avisado que estaria no *centro* naquele dia, como costumava fazer, e que seria bom a encontrar, se possível. Como Lúcia não tem um ponto fixo de trabalho, funcionava melhor a encontrar “por acaso” durante a minha visita, o que também garantiria que eu não a atrapalharia quando estivesse atendendo um cliente.

Nos territórios populares, onde pessoas como Lúcia e a maior parte dos personagens desse texto vivem, trabalham e mantêm as suas relações pessoais, por vezes, a violência não é regulada pelo Estado. Por muito tempo, apenas o laço privado regulou essa violência, deixando os mais vulneráveis física e financeiramente (crianças, mulheres, jovens etc.) expostos à violência doméstica e sexual, da mesma forma como linchamentos e outras formas de “justiça popular” (Zaluar, 1995) como justiceiros cuidavam da resolução de conflitos e da manutenção do controle social dos territórios populares de São Paulo.

Lúcia e Carla, cliente da dívida em questão, trabalham como “puxadora”, função comum nos centros de comércio popular mais movimentados. Essas pessoas são fundamentais para que o fluxo de vendas se movimente até galerias e prédios comerciais mais distantes dos fluxos de venda mais convencionais e já conhecidos pelos consumidores. O trabalho consiste em abordar possíveis clientes na rua e os atrair para as lojas e barracas da região. O trabalho é extenuante. De segunda a sábado, sem férias ou descanso, os puxadores chegam antes das lojas abrirem e vão embora depois que elas se fecham. Passam o dia sob as mais variáveis condições climáticas, expostos à violência policial e sem acesso adequado a água ou banheiro.

Arroz, feijão, salsicha e cocaína

Quando encontrei Lúcia, passava de 11h30 da manhã. Conversamos um pouco, ela me perguntou como eu estava, como estavam os meus estudos, perguntava o que eu fazia ali em um “dia de trabalho”. Ela sabia que a minha visita tinha finalidade acadêmica, mas não considerava que “bater perna” e “trocar ideia”, como ela disse que eu gosto de fazer, poderia ser um trabalho¹⁷. Contei a ela onde havia estado e com quem tinha conversado pela manhã, e dos meus planos de visitar a rua das motos¹⁸ no fim da tarde. Ela me disse, surpresa: “Então

¹⁷ É muito frequente que os meus interlocutores de campo não considerem a pesquisa ou trabalho intelectual como um tipo de trabalho. No entanto, os relembro que as nossas conversas e interações serão usadas em meu trabalho. Em momentos especiais, gosto de os presentear com os livros escritos por meus colegas. Mesmo que esses livros não os sejam tão úteis ou valiosos, essa é a forma que encontrei de demonstrar o resultado de um trabalho parecido com o que estou fazendo.

¹⁸ Também no primeiro semestre de 2022, iniciei as visitas a campo no âmbito do projeto de pesquisa ANR-FAPESP “Carros globais: uma pesquisa urbana transnacional sobre a economia informal de veículos (Europa, África e

a sua vida é isso? Você não trabalha?”, marcando a nossa distinção, que foi relevante novamente mais tarde naquele mesmo dia, como em todos os outros.

Lúcia me perguntou se eu já havia almoçado, e completou a pergunta dizendo que já estava muito cansada e com fome. “Já fiz R\$280,00 hoje, peguei um otário que veio do interior fazer compra”, me disse em seguida, como quem busca se recompensar pelo mal estar. Um professor universitário, no Brasil, não ganha R\$280,00 em uma manhã de trabalho. Os puxadores, tampouco. Esse valor é excepcional, resultado de um dia de sorte. Esses trabalhadores, como os outros comerciantes e também os agiotas, contam com uma forte instabilidade na renda, além de não contarem com nenhum tipo de direito e/ou garantia trabalhista. No dia seguinte de um “dia bom”, eles podem ter as suas mercadorias apreendidas – que valem, muitas vezes, o valor que lucram no mês inteiro- sem nenhuma chance de recuperá-las.

Lúcia me disse que gostaria de ir para casa para almoçar e descansar um pouco. Me convidou para o almoço, eu aceitei e começamos a caminhar. Algumas vezes por semana, Carla também era convidada para o almoço, como naquela sexta-feira. Diferente de Lúcia, que mora a alguns minutos do *centro*, Carla vive em um dos bairros do extremo leste de São Paulo e só tem a chance de ir para casa depois do dia de trabalho e de uma viagem de quase duas horas. Alguns meses antes, eu havia sido apresentada à Carla rapidamente, na rua, mas nunca mantivemos contato frequente.

Andamos juntas em direção à casa de Lúcia. Eu estava tensa, aquela seria a minha primeira visita e eu não conhecia tão bem aquelas ruas que percorríamos. O movimento do comércio diminua lentamente, e era cada vez mais comum encontrar muitas pessoas dormindo nas ruas, de modo a ocupar todo o espaço das calçadas. As lojas movimentadas davam lugar a estacionamentos, hotéis baratos, ocupações e cortiços. Tive a sensação de compreender, pela primeira vez, os sentimentos de pesquisadores que retratam as favelas como lugares sujos, desorganizados, fora de ordem. Nunca senti isso em nenhuma favela, mas experimentei a “desordem” caminhando por aquelas ruas ao redor do *centro*. Talvez porque esse lugar não me fosse familiar, ou porque os pobres do *centro* experimentam um outro tipo de miséria.

América do Sul)”. Justamente pela minha circulação pelo *centro*, me interessei por explorar a “rua das motos”, um centro comercial dedicado a lojas de peças e equipamentos importadas da China, desmanches, oficinas e serviços de manutenção especializados em motocicletas.

Quando chegamos na casa de Lúcia, o portão da rua estava aberto. “Aqui não tem problema. O dono vende pó e ninguém mexe com as coisas dele”, me tranquilizou quando percebeu o meu espanto ao ver o portão aberto em uma região considerada perigosa. A casa fica dentro de um cortiço que divide o terreno com mais uma dezena de casas. Enquanto Lúcia abria a porta de sua casa, Carla me perguntou: “mas e você, é de onde?” Essa pergunta sempre é complexa de responder, dado que morei em tantos lugares e não identifico exatamente com nenhum. Mesmo que eu não me identifique, a minha aparência de menina branca, loira e “desocupada”, dado que na perspectiva delas eu estava “batendo perna” em um “dia de trabalho”, marcava a nossa diferença. Respondi, então: “daqui mesmo, de São Paulo”. Ela continuou, “de onde, em São Paulo?”. Respondi, tentando conter o meu nervosismo: “da zona leste”. E ela não se cansava: “de onde na zona leste?”. Respondi o nome do bairro que nasci e vivi até minha adolescência, que vou chamar aqui de “Vila Progresso”.

Carla suspirou aliviada e completou: “então vou mudar a minha linguagem. Nós falamos a mesma língua”. A esse comentário eu poderia reagir concordando e discordando, com a mesma sinceridade. Nesse momento, o meu fenótipo se tornava menos importante do que a minha origem. Carla considera que pertencemos ao mesmo lugar por termos a mesma origem e falarmos a mesma “língua”, como ela disse. No entanto, apesar dessa familiaridade inicial, a nossa diferença é marcada o tempo inteiro, como quando me senti fora do lugar – e considerava que as coisas estavam fora do lugar - ao visitar o cortiço em que Lúcia mora. Considero que generalizo menos a identidade da população que vem de um mesmo lugar, porque através da educação é possível se descolar do lugar social de origem e fazer mobilidade ascendente.

Entramos na casa, de apenas um cômodo, sem ventilação ou iluminação natural, a não ser pelo pequeno vidro fosco da parte de cima da porta. Me sentei em uma cadeira de ferro, enquanto Lúcia e Carla se acomodavam na cama, de frente para mim. Rapidamente, tiraram um pino de cocaína de dentro de uma pequena caixa de metal que estava no chão, ao lado da cama. Organizaram algumas fileiras de cocaína na tampa da caixa de papelão que estava sobre a cama. Eu tentava não expressar nenhum tipo de reação muito radical. Antes de usarem, Lúcia me perguntou: “você quer?”, e antes que eu pudesse responder, ela completou: “não, você não precisa, não agora”.

Apesar de dividirmos a mesma origem e falarmos a mesma “língua”, o modo como me visto, me movo, me apresento e especialmente o fato de, segundo Lúcia, eu não estar

trabalhando em um “dia de trabalho”, me diferencia dos comerciantes do *centro*. Lúcia e Carla marcam uma distinção em relação a mim quando me oferecem, por educação, cocaína. Elas se mostravam a mim em um plano de intimidade que se mostra aos próximos, aos que “falam a mesma língua”, mas ao mesmo tempo se diferenciavam quando, diferente de mim, “naturalmente” faziam o uso de cocaína, demarcando um lugar radical de pertencimento do qual eu já não fazia mais parte.

O almoço já estava pronto, só precisávamos aquecê-lo. Arroz, feijão e salsicha com molho de tomate. Durante o almoço, Lúcia parecia evitar o assunto da dívida de Carla. Só entendi depois a motivação da hesitação, mas também não insisti no assunto. Depois que voltamos ao *centro*, Lúcia me explicou melhor a situação de Carla. Nos últimos meses, a amiga destruía rapidamente a reputação que havia construído ao longo dos últimos mais de 20 anos trabalhados nas ruas do *centro*. O uso de cocaína passou a ser central na vida de Carla e a “fissura”, como Lúcia descreveu, a afastava dos colegas de trabalho. Entendi que a cocaína foi uma maneira de suportar os problemas que enfrentava no trabalho e uma forma de contornar a falta de energia que tinha quando começou a ser puxadora, ainda jovem.

Nos meses anteriores, Carla também começou a aplicar golpes em seus clientes. Ela vendia as mercadorias e combinava de enviar por correio, mas não cumpria com o combinado. Esses golpes traziam problemas para os outros puxadores, porque os clientes lesados frequentemente voltavam para *tirar satisfação* e causavam conflitos na região. Lúcia me contou que temia ser vista “andando” com ela, e que compartilhava a preocupação com a *quadriha*¹⁹.

A reputação de Carla foi especialmente abalada quando ela aplicou um golpe em um homem que a pagou R\$20.000,00 pela compra de celulares que seriam destinados ao PCC. Carla não entregou a mercadoria, e o cliente conseguiu encontra-la através dos dados da conta bancária que realizou o pagamento, que estava em nome de seu irmão, também morador do extremo leste da cidade. O irmão de Carla negou que teria recebido o dinheiro e foi agredido até compartilhar o endereço e o número do celular de Carla, que foi cobrada pelos membros do PCC.

¹⁹ *Quadriha* é o como se autoentitulavam os puxadores. Não considero que essa fosse uma tentativa de se aproximar da imagem do bandido, mas de reforçar uma ideia de coletividade entre esse grupo de comerciantes.

“O vento entortou”

Dois meses depois da sexta-feira que almocei com Lúcia e Carla, durante uma das visitas ao *centro*, recebi notícias tristes sobre Lúcia. A *quadriilha* estava cabisbaixa, falando baixo, andando pelos cantos. “O vento entortou”, me disseram. Lúcia estava internada, em estado grave, em decorrência de um espancamento. O limite para o pagamento do empréstimo de R\$2.300,00 que contratou de Jorge havia sido atingido. Essa *cobrança na rua* poderia ter se desenrolado sem agressão física, como é feita na maior parte dos casos. Mas Jorge se preocupava com a sua reputação e quis dar aos outros comerciantes um exemplo do que acontece com um *caloteiro*²⁰ e se beneficiar do conflito que Carla teve em decorrência da não entrega dos celulares que foram comprados para o PCC, o que a deixou “queimada”.

Diferente das outras histórias que acompanhei durante a pesquisa de campo, essa foi a única que ouvi do ponto de vista dos clientes. Por essa razão, obtive informações confusas, dado que os colegas de Carla também estavam tentando processar o que tinha acontecido. Ainda que eu mantivesse contato frequente com Jorge e ele soubesse que eu estava em contato com os clientes do *centro*, decidi não entrar nesse assunto com ele porque temia fazer uma acusação ou exigir explicações de uma história que eu, afinal, nem estava envolvida.

Soube, através de um vendedor ambulante, membro da *quadriilha*, que Jorge esteve em contato com esses membros do PCC que caíram no golpe de Carla. Foram eles que mobilizaram os homens que espancaram Carla, a mando de Jorge. Foi aqui, alguns anos depois de ter ouvido falar dos *bandidos do bairro*, que eu entendi quem eles eram e o que eles faziam. “O comando é tipo um poder secreto”, o vendedor me disse. Fiquei muito surpresa com essa formulação, considerando que poucos meses antes dessa conversa havia estreado no HBO a minissérie documental intitulada “PCC: Poder Secreto”, baseada no livro “Irmãos: Uma História do PCC”

²⁰ “Ter o ‘nome sujo’, estar ‘negativado’, ou ser reconhecido como *caloteiro* e ‘mau pagador’ são termos, habitualmente, presentes na linguagem cotidiana para falar daqueles que possuem dívidas não pagas. É comum que, associado ao uso desses termos, pareça aos olhos de terceiros que a inadimplência decorre de uma vontade pessoal, de uma opção pelo não pagamento, sem considerar uma série de outros fatores que pode impedir o pagamento das contas. Com efeito, tal experiência quando narrada pelas pessoas é descrita como uma ‘mancha’ na própria reputação. A passagem entre a ausência de pagamento e a rebaixamento moral apresenta-se de modo imediato, tornando-se fonte de vergonha.” (Fernandes, 2019, p.103)

(Feltran, 2018). Perguntei se ele havia assistido à série, mas ele me respondeu que não tinha acesso a internet fixa e que não sabia o que era HBO.

Apesar da quadrilha ter se mostrado abalada diante da situação de Carla, eles mesmos diziam: “é claro que alguém ia pegar ela”. Outro membro dizia: “coitada, o marido está preso e ela tem filhos pequenos. Mas também, ela estava roubando e devendo, não tinha como”. A possibilidade do uso da violência era conhecida por todos, inclusive legitimada pelos próprios colegas de Carla, que também eram clientes de Jorge e outros agiotas. No entanto, Lúcia me disse que achava que o *comando* não seria violento com Carla porque ela apoiava financeiramente o marido que estava preso, apesar de trai-lo, fato que segundo a quadrilha, foi considerado na decisão sobre como aconteceria a *cobrança na rua*.

A *cobrança* aconteceu durante uma madrugada de sábado para domingo, no bairro do extremo leste de São Paulo, onde Carla mora. A *quadrilha* tinha costume de frequentar um bar do *centro*, onde costumavam beber e usar cocaína. Quem acompanhava mais de perto os golpes de Carla e a dívida com Jorge, já sabia que “quem andar com ela, vai rodar junto”, por isso ela estava sozinha naquela noite. “Ela já estava sendo visada”, Lúcia me disse. Carla pegou o ônibus em direção à sua casa, mas dois homens a seguiram e a espancaram assim que ela desceu no ponto mais próximo de sua casa.

“Compro ouro, compro dólar e compro euro”

Jorge não dispunha de um escritório, além daquele na lavanderia de sua casa, mas quando estava no *centro*, usufruía das acomodações do escritório de Carlos, comerciante do ramo do ouro, que lava dinheiro para Jorge e outros comerciantes. A convite de Jorge, fui visitar o escritório. Pela primeira vez em todos os anos de trabalho de campo, precisei me identificar formalmente. O escritório fica localizado em um prédio comercial que faz um registro cuidadoso de quem o visita. Ele tem uma portaria discreta, acessada por um corredor estreito que fica dentro de uma galeria. Furneci meu nome completo, número de CPF, RG e minha impressão digital. No corredor da portaria, uma placa pendurada na parede indicava o nome das pequenas empresas instaladas nas salas do prédio. Porém, os três números do escritório de Carlos estavam em branco.

Depois de alguns minutos, entrei no prédio, peguei o elevador e fui até o andar do escritório. A poucos metros da saída do elevador há uma grade de ferro, cobrindo toda a extensão da parede. Na frente da grade, um segurança alto e forte me recebeu com uma máscara que tem o formato de uma máscara cirúrgica, mas que feita é de algum tipo de metal pesado. Esse homem está armado com uma pistola e veste um colete a prova de balas que também carrega munições. Ele me revistou com as mãos e também com um detector de metais, e depois me pediu para abrir todos os bolsos da minha pochete.

Após a revista, passei pela grade e entrei em uma espécie de antessala, que separa a primeira grade de uma segunda grade, como uma pequena gaiola. Nesse espaço, há um banco em cada um dos dois cantos que não estão ocupados pela grade, e é possível que duas pessoas se sentem em cada um deles. Três televisões grandes tomam conta das paredes. Em cada uma delas, são transmitidas em tempo real 18 imagens de câmera de segurança de todas as escadas do prédio, da entrada do escritório, da “gaiola” e de muitos ambientes de dentro do escritório, além das imagens das duas câmeras que me filmavam.

Eu aguardava o atendimento da secretária, que estava ocupada atrás da segunda grade. Enquanto eu esperava, o elevador abriu e dois homens saíram, um deles carregando uma sacola plástica verde, que mais tarde Jorge me contou que estava cheia de dinheiro. Esses homens não precisavam passar pela revista cuidadosa porque eles mesmos guardavam no bolso os controles que abriam as grades. Esses homens usam na cintura uma espécie de bolsa, que olhando cuidadosamente percebi que disfarça o volume de uma arma.

Quando entrei no escritório, recebida por Jorge, percebi uma atmosfera amigável e descontraída, muito diferente da tensão da saída do elevador e da “gaiola”. Mais de 10 pessoas se sentam em mesas encostadas na parede, ao redor de toda sala. Elas estão ocupadas com muitos papéis e calculadoras. No fundo da sala, há um elevador que dá acesso aos outros dois andares. Esses outros andares não possuem nenhum outro tipo de entrada ou acesso, a não ser através do elevador ou da janela do banheiro, que é alta, entre o 10º e 15º andar do edifício.

O registro formal, a revista, a “gaiola” e o elevador que exclusivo do escritório formavam uma atmosfera muito diferente do “pessoal do movimento” que trabalha na rua. É a partir desse lugar que acessei depois de muitos “checkpoints” (Padovani, 2017) que o dinheiro que vem da economia popular do *centro* e é recirculada no sistema bancário formal através do mercado de ouro.

Amparada por esse campo de pesquisa já consolidado (Feltran, 2019; Hirata, 2018; Telles e Hirata, 2007), quando me refiro às práticas que transitam entre o legal e ilegal, ou formal e informal, não estarei me referindo a pares dicotômicos, mas a relações (Telles, 2010a; 2010b; 2019) travadas empiricamente entre os agiotas e a sua rede, em especial sua rede de proteção, sua rede de mobilização de recursos, e seus clientes. Para isso, a noção de ilegalismo, cunhada por Foucault (1975), é uma importante ferramenta analítica (Lascoumes, 1996) para examinar as dinâmicas internas da prática de agiotagem enquanto um ilegalismo popular (Foucault, 2013). Nesse sentido, trago aqui uma perspectiva descritiva e analítica distanciada da categorização jurídica de “crime”, tanto quanto de sua dimensão discriminatória e moral (Grillo, 2013; Marques, 2009; Telles, 2019).

Conclusão

Em abril de 2022, na feira da madrugada²¹, ouvi de Márcia, uma trabalhadora ambulante, que “os agiotas estão sempre circulando por aí”. Ela me falou isso enquanto fazia um círculo com as mãos, reforçando o que estava dizendo. Naquela mesma madrugada, caminhamos juntas pela feira e encontramos pelo menos seis agiotas *fazendo negócio*. Eles faziam cálculos em cadernos e se posicionavam bem embaixo das luzes que são diariamente improvisadas nas ruas. Essa cena me pareceu a metáfora perfeita para o argumento do meu texto.

Atribuo a essa cena dois significados principais. Em primeiro lugar, uma crítica ao discurso desenvolvimentista que considera a economia informal enquanto uma “fase temporária”, ou um símbolo de desordem urbana que ameaça a modernidade (Hirata, 2014). Esse discurso é incorporado pelo Estado que trata os mercados populares como um problema urbano que tem consequências tributárias e que afetam a segurança pública (Rangel, Aguiar & Gobbi, 2022). Lúcio Kowarick (1979) ressalta que os projetos de desenvolvimento urbano criam dinâmicas de exclusão que trabalham em benefício dos interesses econômicos e políticos das elites urbanas - há um projeto político e uma lógica na “desordem”. Esses projetos se dizem técnicos, mas são projetos políticos de poder (Ferguson, 2006). A economia informal persiste mesmo com o avanço da industrialização (Portes & Sassen-Koob, 1987).

No Brasil, até o final do século 19, as linhas de crédito eram restritas apenas aos clientes corporativos (Lopes, 1996). Exceto para os casos de compra de imóveis, o consumidor comum (ou a pessoa privada, nas palavras dos agiotas) não era o público-alvo do sistema de crédito formal-legal. Segundo este mesmo autor (Lopes, 1996), deste período até meados do século, durante o processo de industrialização, em 1950, o crédito era em geral obtido através dos comerciantes. Não por acaso, ainda hoje os agiotas também se autodenominam comerciantes.

Em segundo lugar, “os agiotas estão sempre circulando por aí” porque é justamente dessa forma, “circulando por aí” que eles sustentam os *negócios*. Eles estão visíveis e se fazem visíveis como estratégia. Essa circulação constrói e mantém relações sociais que não são baseadas apenas nos interesses econômicos. Essa motivação não explicaria as decisões que envolvem outras dimensões das relações inscritas nessa dívida, que não são apenas

²¹ A feira da madrugada é localizada no Brás e reúne milhares de pequenos comerciantes que vendem nas ruas – e mais recentemente também nas galerias e shopping populares – artigos de moda a preços baixos. (cf Rangel, 2015; Rangel, 2019; Nahoum, 2020).

econômicas, mas também baseadas em afeto, vínculos familiares e de amizade, laços sociais, honra, reputação e obrigações morais.

Em uma etnografia dos operados da bolsa de valores, Zaloom (2006) descreve que as operações do mercado financeiro, ainda que estejam no núcleo das finanças, não se resumem apenas a “racionalidade econômica” e a obtenção de lucros. Esses operadores se encontram e negociam ações uns com os outros. Eles constroem a reputação tanto na medida em que ganham dinheiro e são bem sucedidos, quanto quando perdem dinheiro, mas não ficam mentalmente abalados, criando uma “estética rebelde” que não se baseia em um operador lucrativo.

Não julgo o “raciocínio nativo” (Weber, 2002) dos agiotas como irracional por nem sempre se encaixar no meu sistema de referências. Nos três capítulos, demonstro que a rentabilidade do sistema de empréstimos informal-ilegal e os recursos necessários para a prática de agiotagem popular não são necessariamente quantificáveis, assim como os custos e ganhos não são somente monetários. As dívidas são relevantes não por colocarem em oposição ou de maneira exterior um sistema de medidas ao universo dos cálculos ditos espontâneos, informais e incorporados. Chamo a atenção para a coexistência de diversos quadros de referências que se articulam e que não são incompatíveis entre si.

Na introdução, formulei a hipótese de que a existência de redes que amparam e sustentam a prática de agiotagem, e que criam uma teia de relações que produz os parâmetros que definem os termos das negociações entre os agiotas e os clientes. Como demonstrei nos capítulos, a agiotagem popular pode operar em circunstâncias muito diferentes. A abordagem etnográfica é capaz de relevar as especificidades de cada dívida e o significado atribuído ao dinheiro, a depender do contexto e das relações sociais. No entanto, é possível formular cinco parâmetros fundamentais, que explicarei detalhadamente a seguir: a) quem terá acesso ao crédito; b) quais serão ou não serão as garantias; c) como o cálculo dos juros será feito e refeito; d) qual será o prazo de tolerância das dívidas e, finalmente, e) quais serão os limites do uso (ou da ameaça do uso) da violência.

- a) Quem terá acesso ao crédito: o agiota se depara com vários critérios em relação à concessão do crédito e, por vezes, esses critérios podem entrar em conflito. No capítulo um, por exemplo, Jorge faz um “empréstimo de boca” de R\$70.000,00. Esse empréstimo, nessa quantia, só foi possível porque a cliente era irmã do agiota que,

no entanto, não desapareceria. Essa cliente é também uma referência de pessoa rica, tem uma rede de gráfica e já fez muitos favores a Jorge e sua família.

- b) Quais serão ou não serão as garantias: a possibilidade de haver algum tipo de garantia para o empréstimo afeta tanto a decisão do agiota quando o relacionamento entre o cliente e o agiota. No capítulo dois, a possibilidade de contar com Pedrão e os bandidos do bairro oferece a confiança como uma garantia, bem como as relações do passado. Não apenas as garantias materiais são avaliadas na contratação de uma dívida, mas também as relações sociais em torno do agiota e de seus clientes.
- c) Como o cálculo dos juros será feito e refeito: esse cálculo é baseado no risco monetário que o agiota corre, mas também reflete as relações sociais e podem representar a honra. O agiota leva em consideração fatores sociais, morais e financeiros e, portanto, o cálculo dos juros é uma combinação entre esses fatores. Com foco apenas no lucro, não é possível entender suficientemente por que alguns clientes pagam mais juros do que os outros. No capítulo dois, Marcos não paga o valor dos juros nos meses em que ele realiza o pagamento de alguma quantia da dívida. Pelos cálculos “racionais”, Marcos pagaria mais de R\$2.000 por mês apenas em juros, mas paga apenas R\$500,00. Quando há uma *cobrança na rua*, Jorge não cobra os juros mensais como uma forma de compensação.
- d) Qual será o prazo de tolerância das dívidas: ao ser muito tolerante, o agiota pode prejudicar a sua reputação. Se for muito rigoroso, pode perder dinheiro ou afastar possíveis clientes. Estender o prazo para o pagamento da dívida também depende do contexto. Também nesse caso, fatores financeiros, morais e sociais desempenham um papel na forma como a dívida forja um relacionamento entre o agiota e o cliente. No capítulo três, o limite para o pagamento da dívida de Carla é atingido a medida em que ela mesma entra em conflito com outros grupos do *centro*.
- e) Quais serão os limites do uso (ou da ameaça do uso) da violência: uma relação de dívida pode ser violenta, e a violência pode ser praticada tanto por quem fornece o dinheiro tanto por quem recebe o dinheiro, que pode carregar uma “maldição” (Mauss, 2003), como no capítulo um. O uso da violência não é simplesmente uma decisão individual do agiota ou de quem vai ‘executar’ a violência, mas reflete uma

configuração social que depende das moralidades que as pessoas associam a uma relação social específica. A violência é arriscada, inclusive porque é difícil medir as consequências e as repercussões que uma *cobrança na rua* pode ter, como descrito no capítulo três.

Como demonstrei no decorrer dos capítulos, esses cinco parâmetros não são separados, nem desconectados entre eles, nas práticas cotidianas. Eles dependem uns dos outros e se influenciam entre si, sendo aqui separados apenas para fins analíticos. Não faz sentido os isolar, pois eles só fazem sentido quando estão em relação e inscritos em um contexto específico de dívida. O contexto importa muito, não se reduz a regras gerais. A prática de agiotagem popular transcende os limites geográficos e os indicadores socioeconômicos, perpassando transversalmente os estratos urbanos e demonstrando influência e importância nos mais diversos territórios da cidade.

A própria natureza da agiotagem – o empréstimo de dinheiro para quem precisa de uma *solução imediata* – demonstra que os clientes apresentam uma necessidade financeira emergencial que não necessariamente está condicionada ou limitada à localização geográfica ou posição socioeconômica. Vários componentes das dívidas definem os parâmetros que são feitos e refeitos em torno dos empréstimos. Esses componentes são importantes para que os agiotas preservem o seu dinheiro, as suas relações sociais, sua honra e sua reputação. A análise das dívidas permite identificar uma estrutura e, ao mesmo tempo, considera a diversidade do sistema de empréstimos informal-ilegal.

Referências

- Aguiar, A. L. (2013). *Entre o comércio informal e as margens do ilegal: Práticas de trabalho na Rua 25 de Março* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unifesp, Guarulhos).
- Appadurai, A. (Ed.). (1986). *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press.
- Araujo, M. (2017). *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro* (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado, IESP/UERJ).
- Bähre, E. (2007). *Money and violence: Financial self-help groups in a South African township* (Vol. 8). Brill.
- Baird, A. (2018). Dancing with danger: Ethnographic safety, male bravado and gang research in Colombia. *Qualitative Research*, 18(3), 342-360.
- Biondi, K. (2009). *Junto e misturado: Immanence and transcendence in the PCC* (Master's thesis). Universidade Federal de São Carlos.
- Biondi, K. (2014). *Etnografia no movimento: Território, hierarquia e lei no PCC* (Doctoral dissertation). Universidade Federal de São Carlos.
- Bloch, M., & Parry, J. P. (Eds.). (1989). *Money and the morality of exchange*. Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (2001). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bourdieu, P. (2002). "Understanding." In *The Weight of the World: Social Suffering in Contemporary Society*, edited by Bourdieu et.al., 607-626. Cambridge: Polity.
- Calder, L. (1993). *Financing the American dream: A cultural history of consumer credit*. Princeton University Press.
- Carvalho, L. (2018). *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. Editora Todavia.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Cefaï, D. (2010). Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 71-110.

de Certeau, M. (1984). *The practice of everyday life* (S. Rendall, Trans.). University of California Press.

Derrida, J. (1982). *Margins of philosophy*. University of Chicago Press.

Durham, E. R. (1978). *A caminho da cidade: a vida e a migração para São Paulo*.

Feltran, G. D. S. (2008). *Fronteiras de Tensão: Um Estudo sobre Política e Violência nas Periferias de São Paulo*.

Feltran, G. (2018). *Irmãos: Uma história do PCC*. Companhia das Letras.

Feltran, G. (2019). Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(2).

Ferguson, J. (2006). The anti-politics machine. *The anthropology of the state: a reader*, 270-286.

Fontaine, L. (2014). *The moral economy: Poverty, credit and trust in early modern Europe*. Cambridge University Press.

Fontes, L. (2022). Padrões e modos de vida: mobilidade social nas periferias de São Paulo (2000-2016). *Dados*, 65(4), e20200132.

Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir*. Leya.

Foucault, M. (2013). *La société punitive: cours au Collège de France (1972-1973)*.

Freire-Medeiros, B., & Lages, M. P. (2020). A virada das mobilidades: Fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 123, 121-142.

- Gobbi, F. (2020). *Rolos, esquemas e negócios: Uma análise da prática de agiotagem na periferia de São Paulo*. (Monografia de Bacharelado, Universidade Federal Fluminense). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.
- Gowan, T. (2010). American untouchables: Homeless scavengers in San Francisco's underground economy. In *Hobos, hustlers, and backsliders: Homeless in San Francisco* (pp. 169-190). University of Minnesota Press. <https://www.jstor.org/stable/10.5749/j.ctttv4qm.11>
- Guérin, I. (2014). Juggling with debt, social ties, and values: the everyday use of microcredit in rural South India. *Current Anthropology*, 55(S9), S40-S50.
- Graeber, D. (2012). *Debt: The first 5000 years*. Penguin UK.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Grillo, C. (2013). *Coisas da vida no crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: Criando valor e significado por meio da mídia propagável*. Edições Loyola.
- Hart, K. (1985). The informal economy. *Cambridge Anthropology*, 54-58.
- Hirata, D. (2022). *Sobreviver na adversidade: mercado e formas de vida* (Vol. 3). EdUFSCar.
- Hirata, D. (2014). Street commerce as a 'problem' in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 11, 96-117.
- James, D. (2015). *Money from nothing: Indebtedness and aspiration in South Africa*. Stanford University Press.
- Knowles, C. (2014). *Flip flop: A journey through globalisation's backroads*. Pluto.

- Kopytoff, I. (1986). The cultural biography of things: Commoditization as process. In A. Appadurai (Ed.), *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press.
- Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Escritos urbanos.
- Kumar, A. (2017). *The black economy in India*. Penguin Books India.
- Lascoumes, P. (1996). L'illégalisme, outil d'analyse. *Sociétés & Représentations*, (2), 78-84.
- Le Goff, J. (2004). *A bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média*. Brasiliense.
- Lefebvre, H. (2021). *A cidade do capital*. Lamparina.
- Lopes, J. R. D. L. (1996). Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral. *Revista de informação legislativa*, 33(129), 109-115.
- Luzzi, M. (2017). La financiarización de los hogares bajo el prisma de otras crisis. *Civitas*, 17(1).
- Madariaga, A., & González, F. (2019). Markets, market dynamics and market creation in Latin America.
- Manso, B. P., & Dias, C. N. (2017). PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista brasileira de segurança pública*, 11(2), 10-29.
- Marques, A. J. (2009). *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. Cosac & Naify.
- Mauss, M., & Hubert, H. (2018). Esboço de uma teoria geral da magia. In M. Mauss, *Sociologia e antropologia* (pp. 117-214). Ubu Editora.
- Motta, E. (2015). *Economia cotidiana na favela*.

Nahoum, A. V. (2020). TECENDO UM CIRCUITO COMERCIAL A PARTIR DA FEIRA DA MADRUGADA As agenciadoras da moda popular brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(105), e3610504.

Narring, T. (2022). The embrace of debt: an ethnography of the indebtedness of the working class in Vitoria (Brazil, Espirito Santo), within and beyond the favelas (Doctoral dissertation, Université Paris Cité).

Neiburg, F. (2022). Buscando a vida na economia e na etnografia. Conferência – PPGAS/ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 jul. 2019.

Oliveira, F. (2015). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo Editorial.

Padovani, N. C. (2017). Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. *cadernos pagu*, (51), e175103.

Peristiany, J. G. (1965). *Honour and shame: The values of Mediterranean society*. The Trinity Press.

Pinho, I. V., Ferreira, L. P., & de Gobbi, F. (2023). O enlace entre trabalho, cuidado e gênero: Uma entrevista com Nadya Araujo Guimarães. *Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 12(1), 258-289.

Portes, A., & Sassen-Koob, S. (1987). Making it underground: Comparative material on the informal sector in Western market economies. *American Journal of Sociology*, 93(1), 30-61.3

Rabossi, F. (2019). Los caminos de la informalidad. *Sociologia & Antropologia*, 9, 797-818.

Rangel, F., Aguiar, A. L. O., & de Gobbi, F. (2022). The right to work, political visibility and the city: Street vendors in Sao Paulo, Brazil. *Popular marketplaces*, 27.

Rangel, F. (2023). Gestão empresarial, trabalho e um mercado urbano em disputa. *Cadernos Metrópole*, 25, 1073-1093.

Rangel, F. (2015). O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho.

Rui, T., Martinez, M., & Feltran, G. (2022). *Novas faces da vida nas ruas* (Vol. 1). EdUFSCar.

Rui, T. (2014). *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. Editora Terceiro Nome.

Sánchez, M. S. (2018). ¿Cuánto vale el dólar? El orden social y moral de los mercados cambiarios ilegales. In A. Wilkis (Ed.), *El poder de evaluar: La producción monetaria de jerarquías sociales, morales y estéticas en la sociedad contemporánea* (pp. 49-66). Unsam Edita y Universidad del Rosario Editorial.

Sciré, C. (2009). *Consumo popular, fluxos globais: Práticas, articulações e artefatos na interface entre a pobreza e a riqueza* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo.

Silva, C. F. D. (2014). *Das calçadas às galerias: Mercados populares do centro de São Paulo* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo).

Tanzi, V. (2002). The shadow economy, its causes and its consequences. Edited Lecture. Brazilian Institute of Ethics.

Telles, V. (2010a). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argvmentvm.

Telles, V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos avançados*, 21, 173-191.

Telles, V. (2006). Trajetórias urbanas: Fios de uma descrição da cidade. In *Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*.

Telles, V. (2010b). Nas dobras do legal e do ilegal: Illegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2(5-6), 97-126.

Thomas, J. J. (1988). The politics of the black economy. *Work, Employment and Society*, 2(2), 169-190. <https://doi.org/10.1177/0950017088002002003>

Tsing, A. L. (2015). *The mushroom at the end of the world: On the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton University Press.

Urry, J. (2003). *Global complexity*. Polity Press.

Urry, J. (2007). *Mobilities*. Polity Press.

Weber, F. (2002). Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana*, 8, 151-182.

Weiss, L. (1987). Explaining the underground economy: State and social structure. *World Development*, 15(1), 137-153. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(87\)90128-4](https://doi.org/10.1016/0305-750X(87)90128-4)

Zaloom, C. 2006. Out of the pits: traders and technology from Chicago to London [Fora dos boxes: operadores e tecnologia de Chicago a Londres]. Chicago e Londres: University of Chicago Press.

Zaluar, A. (1995). Crime, medo e política. *Sociedade e Estado*, 10(02), 391-416.

Zelizer, V. (1994). *The social meaning of money: Pin money, paychecks, poor relief and other currencies*. Basic Books.

Zelizer, V. A. (2005). *The purchase of intimacy*. Princeton University Press.

Zelizer, V. A. (2010). *Economic lives: How culture shapes the economy*. Princeton University Press.